

Graciela Massironi Carús

**A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E DA BIBLIOTECA NAS ESCOLAS UMA  
RELAÇÃO DIALÓGICA COM A EFETIVA FORMAÇÃO DO LEITOR**

Florianópolis

2018



Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Comunicação e Expressão  
Letras-Português

Graciela Massironi Carús

**A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E DA BIBLIOTECA NAS ESCOLAS  
UMA  
RELAÇÃO DIALÓGICA COM A EFETIVA FORMAÇÃO DO LEITOR**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Letras Língua Portuguesa e Literaturas Vernáculas Em Português do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Português.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antonio Rocha Baltar

Florianópolis

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

1Carús, Graciela Massironi A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E DA BIBLIOTECA NAS ESCOLAS: UMA RELAÇÃO DIALÓGICA COM A EFETIVA FORMAÇÃO DO LEITOR / Graciela Massironi Carús ; orientadora, Marcos Antonio Rocha Baltar, 2018. 73p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Graduação em Letras Português, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Letras Português. 2. A gênese do leitor e da leitura no Brasil. 3. O indicador de alfabetismo funcional. 4. A biblioteca escolar, o livro e o leitor. I. Rocha Baltar, Marcos Antonio. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Letras Português. III. Título.

Graciela Massironi Carús

**A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E DA BIBLIOTECA NAS ESCOLAS - UMA  
RELAÇÃO DIALÓGICA COM A EFETIVA FORMAÇÃO DO LEITOR**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel” e aprovado em sua forma final pelo Programa de Graduação em Línguas e Literatura Vernáculas.

Florianópolis, 04 de julho de 2018.

---

Prof. Dr. Marcos Antonio Rocha Baltar  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Marcos Antonio Rocha Baltar  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Profª Marina Casaril  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Roberto Baron  
Universidade Federal de Santa Catarina

Com amor e saudades eternas, dedico este trabalho especialmente, aos meus queridos e saudosos irmãos Fernando e Ned que sempre acreditaram na minha capacidade e superação e com certeza estão orgulhosos; ao meu marido e filho pelo companheirismo e incentivo a minha formação intelectual.

## AGRADECIMENTOS

*“A escola não transforma a sociedade, mas pode ajudar a formar os sujeitos capazes de fazerem a transformação da sociedade, do mundo e até de si mesmos”. Paulo Freire*

Mais uma etapa da minha vida acadêmica chega ao fim, com a certeza que Deus sempre esteve comigo e não me deixou desistir, apesar das dificuldades. Respiro mais aliviada e orgulhosa diante de uma conquista construída com esforço, dedicação e muitas pedras no meu caminho. Interessante, me lembrei de Carlos Drummond de Andrade e de seus poemas, principalmente “No meio do caminho”, que traduz a minha luta, os obstáculos e as pedras que precisei retirar do meu caminho para que esse momento se tornasse possível. Não posso deixar de mencionar as pessoas que me acompanharam nesse período e de alguma forma contribuíram para meu êxito na conclusão do curso, por isso presto carinhosamente meus agradecimentos:

Ao meu filho Alex Massironi Rodrigues por ter sido o primeiro a estimular e acreditar na minha capacidade de retornar aos estudos depois de tanto tempo afastada. TE AMO mais que tudo nesse mundo!

Ao meu companheiro Dacio Ribeiro Rodrigues que esteve presente em todos os momentos da minha formação e tenho certeza que está orgulhoso e feliz com minha conquista. AMO VOCÊ!

Aos meus saudosos irmãos Ned Massironi Carús e Fernando Carús Junior, onde quer que estejam, essa conquista também é de vocês e mesmo separados entre o céu e a terra jamais esquecerei vocês. AMO DEMAIS VOCÊS!!!

Aos demais membros da família, em especial a minha cunhada Marizete Leiria e a minha prima Isamel Jaqueline Massironi, que sempre escutaram as minhas lamúrias de cansaço em virtude dos trabalhos e provas acadêmicas.

As minhas amigas que tive o privilégio de conhecer na academia: Vanessa Inácio, que realizamos o estágio juntas; a Márcia Mendonça que nos aproximamos mais ao final do curso e nos tornamos confidentes, a Samara Hinckel e a Lorena Borges Reis Santos que trabalharam comigo no PIBID.

Ao meu maior amigo, Cristian Edevaldo Goulart, que tive o prazer de conhecer durante o curso, sendo importantíssimo em vários momentos da minha vida acadêmica.

Também gostaria de agradecer ao meu orientador professor Dr. Marcos Antonio Rocha Baltar por ter aceitado e acreditado no meu projeto, realizando com paciência e dedicação as orientações que culminaram no desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus professores da universidade que exerceram sua profissão com excelência e dedicação durante o curso. Em especial aos professores Celdon Fritzen e Rodrigo Acosta e as professoras Mary Elizabeth Cerutti Rizzatti, Sandra Quarezemin e Izete Lehmkuhl, todos foram significativos no processo da minha formação acadêmica.

A Secretaria da Educação por compreender e aprovar minha pesquisa junto as instituições escolares.

A deputada Luciane Carminatti e seu assessor Sr. Antonio Marco Silveira Duarte pelos esclarecimentos do PLC 013/2016.

Muito obrigado a todos que de alguma forma contribuíram para tirar as pedras desse caminho.

*No meio do caminho tinha uma pedra  
tinha uma pedra no meio do caminho  
tinha uma pedra  
no meio do caminho tinha uma pedra.*

*Nunca me esquecerei desse acontecimento  
na vida de minhas retinas tão fatigadas.  
Nunca me esquecerei que no meio do c/aminho  
tinha uma pedra  
tinha uma pedra no meio do caminho  
no meio do caminho tinha uma pedra.*

(Carlos Drummond de Andrade)

Não, não é fácil escrever. É duro como quebrar rochas. Mas voam faíscas e lascas como aços espelhados.

(Clarice Lispector)



## RESUMO

Tomando como base o contexto das escolas públicas estaduais da cidade de Florianópolis/SC, que envolvem professores de língua portuguesa e o profissional da área de biblioteconomia com suas concepções de leitura, esta pesquisa teve o propósito de observar, no ambiente escolar, as circunstâncias em que se realiza a prática de leitura bem como os reflexos no desempenho do aluno em sala de aula na oralidade e na escrita. No desenvolvimento dessa pesquisa houve a aplicação de um questionário com os professores de língua portuguesa, e o profissional que atua na biblioteca escolar. Também foi realizada uma entrevista com a deputada estadual Luciane Carminatti, autora do Projeto de Lei Complementar nº PLC/0012.0/2011 - para compreender o objetivo do projeto da criação do cargo de bibliotecário nas escolas públicas estaduais de Santa Catarina. Os resultados obtidos neste estudo podem nos revelar questões importantes a respeito das práticas de letramento, sua função social da leitura e o papel da escola e da biblioteca na formação do aluno-leitor, cidadão da cultura grafocêntrica atual. As concepções de letramento, língua, linguagem, texto e gêneros, na qual a pesquisa será ancorada têm fundamentação teórica em Freire (1997), Lajolo e Zilberman (1996), Soares (2004), Kleiman e Baltar (2008), Ribeiro (2003), Saraiva (2006), Colomer (2014), Geraldí (2001), Vigostky (1984) além das contribuições do Círculo de Bakhtin, entre outros. Ao final busca-se encontrar respostas para o problema da formação de leitores na escola, a partir da compreensão das práticas dos professores de língua portuguesa e dos profissionais da biblioteca, bem como os subsídios que o cargo de bibliotecário pode proporcionar na rotina da biblioteca escolar.

**Palavras-chave:** 1. Ensino de língua portuguesa 2. letramento 3. biblioteca

## Resumen

Con base en el contexto de las escuelas públicas del estado en Florianópolis / SC, la participación de profesores de lengua portuguesa y la zona de la biblioteca profesional con sus concepciones de lectura, este proyecto de ley tiene como objetivo observar, en el entorno escolar, en las circunstancias que se realiza la práctica de lectura así como los reflejos en el desempeño del alumno en el aula en la oralidad y en la escritura. En el desarrollo de esta investigación será la aplicación de un cuestionario a los profesores de lengua portuguesa, y los profesionales que trabajan en la biblioteca de la escuela, y se llevará a cabo una entrevista con el representante del estado Luciane Carminatti, autor que se ocupa de la Ley Complementaria nº PLC / 0012.0 / 2011 - para comprender el objetivo de su proyecto de creación del cargo de bibliotecario en las escuelas públicas estatales de Santa Catarina. Los resultados obtenidos en esta investigación pueden revelarnos cuestiones importantes acerca de las prácticas de letra, su función social y el papel de la escuela y de la biblioteca en la formación del alumno-lector, ciudadano de la cultura grafocénica actual. Las concepciones de letramento, lengua, lenguaje, texto y géneros, en la cual la investigación será anclada tiene fundamentación teórica en Freire (1997), Lajolo y Zilberman (1996), Soares (2004), Kleiman y Baltar (2008), Ribeiro (2003), Saraiva (2006), Colomer (2014), Geraldi (2001), Vigostky (1984) además de las contribuciones del Círculo de Bakhtin, entre otros. Al final se busca encontrar respuestas al problema de la formación de lectores en la escuela, desde la comprensión de las prácticas de los profesores de lengua portuguesa y profesionales de las bibliotecas, así como los subsidios que el puesto de bibliotecario puede proporcionar la rutina de la biblioteca de la escuela .

**Keywords:** 1. enseñanza del idioma portugués 2. alfabetización 3. biblioteca

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - NÍVEIS DE HABILIDADES DE ALFABETISMO	32
Tabela 2 - EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE ALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 A 64 ANOS NO INAF, POR ESCOLARIDADE	34
Tabela 3 - QUANTIDADES DE LIVROS POR RESIDÊNCIA	36

## GRÁFICOS

Gráfico 1 – Alfabetização e Letramento.....	46
Gráfico 2 – Língua e Linguagem.....	47
Gráfico 3 – Fundamentação Teórica/Autores.....	47
Gráfico 4 – Tempo para a prática de leitura. ....	48
Gráfico 5 – Leitura, escrita e oralidade .....	48
Gráfico 6 – Acervo, recursos e acesso à biblioteca. ....	49
Gráfico 7 – Uso da biblioteca .....	49
Gráfico 8 – Suportes textuais que a biblioteca oferece. ....	50
Gráfico 9 – Perfil de leitor dos alunos.....	50

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- LDB – Lei de Diretrizes de Bases.
- PLC – Projeto de Lei Complementar.
- INAF – Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional.
- BNCC – Base Nacional Comum Curricular.
- PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais.
- PNE – Plano Nacional de Educação.
- TRI – Teoria de Resposta ao Item.
- ProUni – Programa Universidade para todos.
- EJA – Educação de Jovens e Adultos.
- Saeb – Sistema de Avaliação Básica.
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.
- Enceja – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos.
- Pisa – Programa Internacional de Avaliação de estudantes.
- PNLL – Plano Nacional do Livro e Leitura.
- SNBB – Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.
- DLLB – Departamento de Livro, Leitura, literaturas e Bibliotecas.
- PLC – Projeto de Lei Complementar.
- EEB – Escola Estadual Básica.
- EEM – Escola de Ensino Médio.
- ALESC – Assembleia Legislativa de Santa Catarina.
- ACB – Associação Catarinense de Bibliotecários.
- CRB – Conselho Regional de Biblioteconomia.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1. A GÊNESE DO LEITOR E DA LEITURA NO BRASIL.....</b>	<b>22</b>
<b>2. O INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL – INAF .....</b>	<b>31</b>
<b>3. A ESCOLA, OS LIVROS E OS LEITORES .....</b>	<b>40</b>
<b>3.1. A BIBLIOTECA ESCOLAR .....</b>	<b>42</b>
<b>4. METODOLOGIA E CONTEXTO .....</b>	<b>45</b>
<b>5. ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>46</b>
<b>5.1. RESULTADOS.....</b>	<b>46</b>
<b>5.2. O BIBLIOTECÁRIO (READAPTADO) .....</b>	<b>51</b>
<b>5.3. A ENTREVISTA SOBRE O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR – PLC/0013.1/2016 DA DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI.....</b>	<b>52</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>57</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>59</b>



## INTRODUÇÃO

Este trabalho busca apresentar respostas para o problema do ensino e da aprendizagem de língua portuguesa, com foco nas concepções e práticas de leitura e de escrita em consonância com os padrões estabelecidos pelas políticas educacionais do Brasil, que visam a qualidade e a equidade na educação e formação de leitores - o que demanda reflexões sobre as práticas de letramento dos professores e alunos de nível fundamental e médio das escolas públicas estaduais de Florianópolis em Santa Catarina. E, segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB)

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante (redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)  
I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; (...)

Não podemos pensar o ensino por aprendizagem de língua materna sem instigar as habilidades de leitura no Ensino Fundamental que refletirão também no desenvolvimento do aluno ao atingir o ensino médio, pressupondo que deveriam fornecer ao aluno leitor competências discursivas e pragmáticas da linguagem. Ainda que existam vários estudos e, considerando os inúmeros estudos relativos à leitura já desenvolvidos, ainda há questões relevantes que merecem atenção, e conforme salienta Souza, (2012, p.65)

Embora os olhares atentos aos processos de leitura possam ser observados desde o século XIX, foi somente nas últimas cinco décadas que a pesquisa em leitura evoluiu de maneira a que se pudessem formular modelos teóricos acerca de sua concepção, processamento, aprendizagem e ensino.

No contexto histórico nas últimas décadas do século XIX no Brasil, a cidade do Rio de Janeiro ainda era sede da monarquia e com as escolas consolidadas junto com o advento da disciplina de língua portuguesa, a leitura passou a ter um lugar de destaque, ainda que para um grupo social (burguesia) economicamente privilegiado que frequentavam a escola naquela época. Todavia, fatores como a instalação de tipografias, bibliotecas, livrarias e a democratização da escola, com início de acesso permitido também aos filhos dos trabalhadores – contribuíram também para a formação de uma sociedade leitora.

Dito isso, importa destacar que o estudo desenvolvido integra cinco capítulos: o primeiro, A gênese do leitor e da leitura no Brasil, com foco no contexto histórico da formação do leitor; o segundo, O Indicador de Alfabetismo Funcional - INAF, com índices relevantes que servem como panorama geral da leitura e escrita no Brasil; o terceiro; A biblioteca escolar, os livros e os leitores, abrangendo o embasamento teórico na qual está ancorado o projeto; o

quarto, a metodologia aplicada; o quinto, a Análise de dados; o sexto, Os resultados; o sétimo; As considerações finais; o oitavo, As referências bibliográficas, finalizando com os anexos.

Dessa forma, no primeiro capítulo há o registro histórico do leitor no Brasil, bem como da escola e da biblioteca como instrumentos importantes no processo que envolve as práticas de leitura e o acesso aos livros. No entanto, sabemos que existe uma barreira entre as necessidades evidenciadas pela escola e os desejos de leitura dos alunos, o que justifica o desenvolvimento do projeto da pesquisa.

É claro que hoje em dia, os jovens apresentam outro perfil de leitura, diante de uma realidade que se modifica constantemente e dos avanços tecnológicos, instigando o surgimento de novos gêneros discursivos com o uso da internet - por isso, podemos dizer que nunca se leu tanto como agora. Porém, é oportuno mencionar que a efetiva realização da leitura perpassa antes pelo processo de alfabetização, em geral na infância, e:

O trabalho específico a ser empreendido nesse processo de alfabetização - sistematizado, planejado, acompanhado - é o de criar condições para que as crianças se apropriem dos conhecimentos e mecanismos básicos de (de)cifração do nosso sistema de notação. Por (de)cifração compreende-se o acesso e o uso da escrita no que diz respeito aos seus elementos mais fundamentais na relação grafêmico-fonológico e fonológico-grafêmica (SOUZA, 2012, p.47).

Contudo, observa-se que aprender a ler e escrever não é suficiente, pois para adquirir habilidades com a leitura e a escrita é necessário cultivar tais práticas, conforme advoga Soares, (2004, p. 47), "(...) o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado."

A respeito disso, é importante ressaltar que concepções de alfabetização e letramento ainda se confundem em determinados contextos. Apesar da conexão que envolve esses processos, há necessidade de delimitarmos cada um deles, ao longo deste trabalho. Inicialmente o termo letramento parece estar vinculado à ação de aprender a ler e escrever, ou seja, conectado ao processo de alfabetização. Estudos apontam que o termo letramento, numa perspectiva interacionista da língua(gem) abrange as práticas sociais e os valores ideológicos, exigindo que o sujeito desenvolva habilidades de leitura e escrita mais complexas para poder transitar nas várias esferas que compõe a sociedade na qual está inserido. Assim, evidencia-se que a questão da alfabetização e do letramento compreende o mesmo campo semântico, contudo, contemplam ações diferenciadas, já discutidas no Brasil, no fim do século XX. Nesse contexto, cito o educador Paulo Freire como protagonista, pois segundo Soares (2004, p. 76).



Freire concebe o papel do letramento como sendo ou de libertação do homem ou de sua “domesticação”, dependendo do contexto ideológico em que ocorre, e alerta para a sua natureza inerentemente política, defendendo que seu principal objetivo deveria ser o de promover a mudança social.

Consoante a essa realidade alguns linguistas também socializaram novos olhares acerca da concepção do letramento e conseqüentemente dos usos sociais da escrita,

Essa socialização tem contribuído na construção de explicações possíveis para a forma como analfabetos e sujeitos pouco escolarizados conseguem transitar nas sociedades grafocêntricas atuais, apresentando alternativas para ressignificar a compreensão desse fenômeno (RODRIGUES, CERUTTI-RIZZATTI, 2001, p. 54).

É preciso esclarecer que o termo analfabeto era usado desde o período do Brasil Colônia e ainda está presente em nossa realidade, caracterizando o indivíduo privado de alfabetismo. Atualmente, a questão das práticas de ensino e aprendizagem que envolvem a alfabetização, ainda se confunde com as práticas de letramento, exceto na comunidade acadêmica, onde esses conceitos já estão bem consolidados. Este assunto será ancorado no segundo capítulo com o estudo do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF), criado pelo Instituto Paulo Montenegro, a qual realiza e divulga pesquisa anual sobre habilidades e práticas de leitura, escrita e matemática dos brasileiros.

O INAF entende, por exemplo, que o termo analfabeto define o indivíduo que além de não saber ler e escrever, em geral, é estigmatizado pela sociedade. Já o termo analfabeto funcional refere-se ao indivíduo pouco escolarizado e conseqüentemente com habilidades de leituras e escritas limitadas, sendo esse o foco do INAF, a fim de subsidiar propostas de políticas de educação e cultura. Tais considerações mostram que indivíduos menos escolarizados não devem ser estigmatizados, e a escola e o professor de língua materna desempenham um papel importante nas práticas de letramento escolar concomitante às práticas sociais.

Em relação à disciplina de Língua Portuguesa, os Parâmetros Curriculares Nacionais, PCN's (1998), registram que as condições e usos da linguagem mudam historicamente em virtude das necessidades sociais de seu tempo, sendo necessário atualizar os procedimentos de ensino, visando práticas de leitura e de escrita que contribuam para formar a competência discursiva<sup>1</sup> do aluno hoje, diferente de outrora.

---

<sup>1</sup> “Competência discursiva é um amálgama de capacidades que o usuário de uma língua natural atualiza e concomitantemente desenvolve, quando participa das atividades situadas de linguagem que ocorrem nos diversos ambientes discursivos da sociedade”. (BALTAR, 2006, p.48)

Considerando que novas percepções de mundo são tecidas pelo sujeito e tendem a exigir um conhecimento maior do ser humano e da sociedade em que está inserido, constituída de histórias, culturas e valores que se modificam rapidamente - nesse caso, as circunstâncias e o contexto social em que o sujeito se encontra também determinam as condições para aquisição desse saber. Diante de tantas propostas que visam melhorias para a educação no Brasil, em especial as que se referem à leitura, faz-se necessário refletir sobre a questão do distanciamento entre o que sugere a teoria e o que ocorre na prática, ou seja, aquilo que está prescrito nos documentos oficiais e a realidade praticada em sala de aula, e conforme postula Saraiva, “O enfoque sobre a formação de novos leitores permite constatar que os argumentos com que a escola registra o atendimento dessa sua finalidade se contrapõem, frequentemente, à prática que nela se desenvolve” (SARAIVA, 2006, p. 27).

Assim, o presente estudo busca identificar possíveis lacunas no trabalho de mediação do professor e da instituição escolar, no que diz respeito ao processo de letramento, para que se aproxime a teoria e a prática, contribuindo de forma eficiente na formação do aluno. O propósito aqui é apresentar possibilidades, entre elas, aquela que abrange a (trans) formação na estrutura das bibliotecas escolares, assunto discutido no terceiro capítulo, com a contratação de profissionais habilitados para trabalhar em todas as instituições públicas estaduais de ensino, contribuindo para a organização, manutenção e atendimento especializado nas bibliotecas escolares - um recurso para o desenvolvimento de projetos contínuos e sistemáticos para a formação do aluno leitor.

O quarto capítulo trata da metodologia que envolveu uma pesquisa investigativa através de questionários aplicados aos professores de Língua Portuguesa e aos professores readaptados na biblioteca escolar.

E no quinto se desenvolve a análise de dados contemplando três tópicos: o resultado das entrevistas com nove professores, realizadas em sete escolas públicas estaduais de Santa Catarina.

Considerando o exposto, a pesquisa aborda que em Santa Catarina há uma preocupação com a questão da formação do aluno leitor, demonstrada pelo Poder Legislativo através do projeto de Lei Complementar nº PLC/0012.0/2011 de autoria da deputada Luciane Carminatti que cria o cargo de bibliotecário nas escolas públicas estaduais.

Portanto, o presente projeto pretende pesquisar por soluções que possam colaborar efetivamente com a prática pedagógica do professor de Língua Portuguesa priorizando as práticas de leituras e escrita, visando à formação contínua do aluno leitor no ensino fundamental.

O foco da disciplina de língua portuguesa pressupõe um trabalho de ensino e aprendizagem para o desenvolvimento da competência discursiva do sujeito, concomitante com as práticas de leitura e escrita, e conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

O eixo Leitura compreende a aprendizagem da decodificação de palavras e textos (o domínio do sistema alfabético de escrita), o desenvolvimento de habilidades de compreensão e interpretação de textos verbais e multimodais e, ainda, a identificação de gêneros textuais, que esclarecem a contextualização dos textos na situação comunicativa, o que é essencial para compreendê-los. (<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>), acessado em 28/06/2018.

Essa questão ainda é muito discutida na área de Linguística Aplicada com estudos acerca das metodologias que organizam as práticas de leitura em sala de aula, assim como as condições e suportes disponibilizados pela instituição escolar e conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's): “Formar leitores é algo que requer condições favoráveis, não só em relação aos recursos materiais disponíveis, mas, principalmente, em relação ao uso que se faz deles nas práticas de leitura” (BRASIL. MEC, 1998).

Sabemos que por meio do uso da língua estabelecemos relações sociais e a escola tem papel fundamental para que o aluno possa desenvolver as habilidades de leitura e escrita, para responder às exigências da nossa sociedade. Promover a leitura envolve uma compreensão que vai além da competência de associar grafemas e fonemas que constituem as palavras – etapa básica da alfabetização.

O ato de ler é uma prática social que ativa processos cognitivos importantes para o ensino e aprendizagem, tais como: a memória, a imaginação/criatividade e o raciocínio provocando mudanças na formação do sujeito. Ler é compreender e construir sentidos, hipóteses, críticas ou conclusões a partir de seus conhecimentos do mundo, suas condições sociais e econômicas. O ato de ler é uma tarefa mental complexa, que exige do leitor uma visão para além daquilo que está escrito/explicito e envolve uma ampla variedade de textos, organizados nos mais diversos gêneros. É por meio deles que ampliamos nossos conhecimentos, construindo significados a partir de enunciados em contextos de interação específica. Bakhtin em sua obra “Estética da criação verbal” defende que a língua se materializa em enunciados, sejam eles orais ou escritos. Seguindo essa linha de pensamento o autor assume o ponto de vista segundo o qual, “Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso”. (BAKHTIN, 2011, p. 262)

Nesse contexto, interessa observar fatores que influenciam a prática docente: a concepção de letramento; a compreensão dos PCN's e a BNCC, que implica amplos conhecimentos sobre o funcionamento dos gêneros e conseqüentemente dos conhecimentos linguísticos, além disso, os recursos disponibilizados nas bibliotecas escolares. Diante dessas considerações, a pesquisa vai observar as convergências ou divergências que se apresentam nos documentos oficiais da educação, assim como a importância dada às bibliotecas e sua relação com a leitura. A proximidade com a realidade em sala de aula, pressupõe que existam encaminhamentos teóricos metodológicos distintos e tradicionais envolvendo as práticas de letramento.

E refletindo sobre o que foi mencionado, é pertinente dizer que

Considerando os enormes avanços ocorridos em todo o país na área do Ensino Fundamental e Médio, considerando a escola pública como rede social potencialmente mais poderosa e abrangente e considerando o esforço de inúmeros educadores – conhecidos e anônimos – no sentido de elevar a qualidade do ensino oferecido às nossas crianças, podemos inferir, mesmo com as limitações econômicas e de escolaridade da população, que o valor da leitura já desponta como algo importante na sociedade brasileira (RIBEIRO, 2003, p.84).

No que diz respeito à situação atual do ensino, essa pesquisa busca encontrar respostas às dificuldades que forem registradas, no que concerne às práticas de leitura e da escrita desenvolvidas nas escolas, objetivando contribuir com a efetiva formação de um futuro aluno leitor.

Considerando a realidade do contexto atual que envolve as práticas de letramentos e a relação do uso da biblioteca, ambos necessários para o desenvolvimento de metodologias para as atividades de leitura e escrita, a pesquisa busca saber: Em que medida as bibliotecas escolares em funcionamento, podem fomentar uma leitura que possa desenvolver novos modos de letramentos para os alunos? Evidenciar as ações que acontecem nas escolas com os alunos e os professores, tendo como objeto de ensino e aprendizagem o texto em diversas situações de produção e recepção que visam aprimorar a competência discursiva dos alunos.

Com as observações levantadas nesse estudo a pretensão é mostrar se as práticas sociais de letramentos desenvolvidas no contexto escolar são eficientes ou meros objetos para um ensino engessado.

Tivemos como objetivos específicos a aplicação de questionários investigativos para compreender quais os fundamentos teóricos conceituais e metodológicos que prevalecem para a prática de letramentos entre os professores atuantes no ensino fundamental II e médio;

- Por meio de questionários investigativos para compreender quais os fundamentos teóricos conceituais e metodológicos que prevalecem para a prática pedagógica de letramentos entre os professores atuantes no ensino fundamental II e médio;
- Entrevista com a deputada estadual Luciane Carminatti sobre seu projeto que cria o cargo de bibliotecário para as escolas públicas estaduais;
- Analisar o uso das bibliotecas escolares e o acervo e recursos disponíveis.

## 1. A GÊNESE DO LEITOR E DA LEITURA NO BRASIL

Observa-se uma dicotomia entre o leitor e a leitura que se estabelece a partir do texto em qualquer esfera da atividade humana, seja em textos informativos, educativos, lúdicos ou simplesmente interpretativos. Considerando que o ser humano interage por meio de textos de forma singular para o coletivo e nessa dinâmica, a leitura é uma forma de compreender o mundo, ler o seu mundo e tomar consciência de si e do outro para agir nesse mundo, conforme ideologia freiriana<sup>2</sup>.

Dito isso, para discorrer sobre a gênese da leitura no Brasil, é pertinente fazer uma retrospectiva sobre o período do Brasil colônia - sem adentrar no ensino promovido pelos jesuítas até 1759 iniciando, "Em 1808, quando d. João transferiu para o Rio de Janeiro a administração real precisou de um instrumento para publicar seus atos e proclamações;" (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p.123). Nessas circunstâncias, a Imprensa Régia foi instalada, mas com restrições às publicações externas que eram submetidas à análise prévia da censura, composta por uma comissão intitulada Mesa censória, que privilegiava os interesses do governo português. Posteriormente, surgem novas tipografias, sendo destituída a Mesa censória propiciando novas publicações, contudo, num país carente de educação isso pouco significou e os problemas de ordem econômica eram eminentes para a manutenção desse serviço. Até mesmo a Imprensa Régia, oriunda de recursos do governo foi afetada pela crise, por isso abriram suas portas para outros tipos de publicações. Patrocinaram alguns jornais, entre eles a Gazeta do Rio de Janeiro, espécie de diário oficial, além de sermões, folhetos contra a França<sup>3</sup>, obras literárias e livros didáticos.

Após a construção das instituições de ensino superior (antes não havia escolas), tais como a Real Academia Militar, a Academia Naval e os cursos de Medicina<sup>4</sup>, houve uma demanda de livros destinados à formação de jovens estudantes. Isso contribuiu para consolidar a parceria da Imprensa Régia e o livro didático, pois ambos estavam ancorados no capital do Estado, proporcionando um crescimento e a superação da crise econômica. Nesses primeiros tempos, os livros didáticos vinham da Europa, por isso eram traduzidos e editados pela Imprensa Régia. Para Lajolo e Zilberman (1996) essa atividade está conectada à história do livro didático com implicações significativas nas práticas de leitura realizadas na escola. Além

---

<sup>2</sup> FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 29 Ed. São Paulo, 1994.

<sup>3</sup> País da Europa que avançou com o exército de Napoleão Bonaparte em direção a Portugal, obrigando a transferência da Corte portuguesa para o Brasil.

<sup>4</sup> Escolas militares daquela época com prescrições discriminatórias de cor.

disso,

Também se incorpora às várias histórias da leitura no Brasil outra tendência inaugurada nos inícios da Imprensa Régia: a discussão sobre a nacionalidade dos autores e o nacionalismo dos temas e textos. Num primeiro momento, recorreu-se a traduções para abastecer o mercado local; em seguida exigiram-se autores nativos para produzir os textos; mais adiante, assuntos de coloração patriótica (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 128).

Com esses pressupostos, traduz-se parte da história do livro didático e conseqüentemente algumas discussões referentes ao leitor e à leitura no Brasil. Interessa salientar que entre as publicações de livros didáticos concorriam as obras literárias, assim

Nos primeiros anos, a Imprensa Régia publicou ou reeditou: *Ulisséia libertada*, drama heróico (sic) composto por Miguel Antônio de Barros, *Galatéia*(sic), de Antônio Joaquim Carvalho, cuja primeira edição é de 1776, *Improvisos*, de Bocage, originalmente de 1805, e *Marília de Dirceu*, de Tomás Antônio Gonzaga, com a polêmica terceira parte. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p.127)

Por certo o Brasil colônia avançou com os projetos educacionais implantados por D. João, mesmo diante de algumas controvérsias, como a seleção de alunos de forma preconceituosa para as escolas superiores. Por outro lado, convém lembrar que essas escolas, incentivaram a promoção do livro didático produzido pela Imprensa Régia, repercutindo satisfatoriamente na educação, e “No centro dessa triangulação está o leitor, e com ele, a história das leituras, de que é simultaneamente sujeito e objeto” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 131).

É indiscutível o crescimento cultural e econômico do Brasil colônia a partir da chegada da corte portuguesa. Entretanto, se o projeto educacional de ensino superior, implantado na jovem monarquia expandiu o mercado de livros, instigando o aumento de novas livrarias - que importavam o material impresso para dar conta da demanda do consumo, incluindo leituras juvenis, morais e os livros escolares para um público mais jovem, surge a preocupação com o ensino primário. “É esta escola elemento essencial para, através da difusão do ensino e do patrocínio da familiaridade com os livros, favorecer o estabelecimento e o fortalecimento de práticas correntes de leitura” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 133).

Apesar disso, pouca coisa mudou no ensino, pois é aprovado um decreto lei datado de 30 de junho de 1821, que “permite a qualquer cidadão o ensino e a abertura de escolas de primeiras letras independente de exame de licença” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 133).

Nessas circunstâncias, foram abertas novas escolas públicas, em geral por estrangeiros portugueses, ingleses, italianos e franceses, porém com um ensino desordenado, estrutura

precária, baixos salários e falta de bons livros escolares, o que não favoreceu a formação do aluno leitor.

A trajetória da educação do Brasil segue novos rumos, no período da transição do estado de colônia para o Império, agora sob o governo de D. Pedro II, a luz da promulgação da Constituição de 1824 que prescreveu uma “instrução primária gratuita a todos os cidadãos” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 136). Esse ato normativo conduz a uma breve reflexão acerca da universalização desse ensino, uma preocupação histórica que ainda buscamos alcançar nos dias de hoje, conforme Art. 2º, inciso II, “LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014, APROVA O PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO”- PNE. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm), acessado em 27/06/2018, que dispõe no Art. 2º as diretrizes do PNE, sendo a II a universalização do atendimento escolar.

Entretanto, a expectativa do acesso à escola para todos, naquela época durou pouco, pois o governo transferiu essa responsabilidade às províncias, ficando somente sob seu controle o ensino superior e a formação das elites na cidade do Rio de Janeiro.

Na sequência, surgem novas escolas, segundo Kidder<sup>5</sup> (1980 apud LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 137),

O estabelecimento de ensino que mais interesse tem despertado na capital do país é o Colégio D. Pedro II, fundado em fins de 1837. Destina-se a proporcionar perfeita instrução secundária e corresponde, no seu plano geral, aos liceus existentes em diversas províncias, conquanto em matéria de recursos e no amparo que conta, talvez leve vantagem sobre os outros.

Escolas foram abertas a fim de subsidiar o ensino sistemático no Brasil. Mesmo assim, não atendiam todas as crianças em idade escolar porque tinham um déficit no número de vagas, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, capital do país na ocasião. Contudo, considerando o exposto e segundo a imprensa gaúcha (O imparcial, jornal farroupilha apud LAJOLO/ZILBERMAN, 1986, p. 144): “No dia 1.º do corrente mês, na Rua de Bragança n.º 71, se abriu uma Escola Pública de primeiras Letras para Meninas. As pessoas que tiverem meninas a educar na mencionada Escola podem apresentá-las à matrícula.”<sup>6</sup> Ao contrário do que se possa imaginar e diante de um panorama caótico na educação brasileira, essa proposta, inovadora para aquela época, trouxe novas perspectivas, democratizando o ensino. No entanto, os problemas com a educação no Brasil eram eminentes, entre eles: a falta de vagas para novos

<sup>5</sup> Missionário que veio ao Brasil com o intuito de distribuir Bíblias à população, entre 1837 e 1840.

<sup>6</sup> Anúncio publicado em 22 de fevereiro de 1845, em O Imparcial, jornal farroupilha de Porto Alegre.



alunos, carência de recurso materiais e professores mal formados refletiam no ensino e aprendizagem como um todo, em especial no ensino de línguas e conseqüentemente na prática de leitura.

Nesse contexto, o cenário precário da educação preocupou o Imperador Pedro II, que na ocasião ordenou a construção de uma escola primária na Quinta de São Cristóvão, minimizando superficialmente a questão do contingente de alunos excedentes para as escolas.

Ao final do século, em 1889, o regime político do Brasil muda de Império para República, e no âmbito do ensino é relevante mencionar a criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública em 1890, passando em seguida para o Ministério do Interior e Justiça. Já em 1891, José Veríssimo, que compõe a comissão do ministério, constata as mesmas falhas no ensino em relação a carência de vagas nas escolas bem como os problemas relativos aos livros didáticos, sendo muitos ainda traduzidos, por isso, fez as seguintes observações

A nossa literatura escolar está muito atrasada, não só não temos bons compêndios, como carecemos de livros para leitura das crianças e dos rapazes. Não sei se o nosso desamor à leitura não provém de que não nos habituamos a ler desde a infância, e não nos habituamos porque não há em nossa língua livros próprios para essa idade (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 155).

Contudo, as mudanças significativas acontecem a partir da criação do Ministério da Educação em 1930 com proposições acerca do sistema ortográfico e a aprovação do livro didático a ser usado nas instituições escolares, na cidade do Rio de Janeiro, adequado ao ensino e as novas demandas, principalmente ao da leitura e literatura. Apesar dos avanços na área da educação, ainda emergiram novos e recorrentes problemas, tais como a falta ou a inadequação dos livros, professores despreparados, a precariedade das escolas entre tantos outros problemas, tornando-as um lugar inapropriado para a formação de leitores.

A partir da concepção de leitura como prática social, interessa mencionar que esse panorama da educação, serviu como fonte de inspiração para as obras literárias de Machado de Assis que introduziu figuras e cenas das escolas daquela época nos seus romances e contos. Obras como *Quincas Borba*, *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *O programa*, tinham como pano de fundo sistema de ensino autoritário, repressivo, dominador e severo predominante na época.

Com todos esses pressupostos vem à tona a questão da formação do professor, uma necessidade eminente que viria para dar qualidade ao ensino em nosso país. Tais considerações resultaram na criação da primeira Escola Normal, que oficialmente ocorreu por meio de decreto realizado pela Assembleia Legislativa no Rio de Janeiro, no dia 4 de abril de 1834, vindo a

funcionar somente em 1836. Essa iniciação serviu de parâmetro para a instalação de outros estabelecimentos semelhantes em diversas regiões do Brasil.

É interessante perceber que a disseminação da Escola Normal projetou a mulher brasileira no mercado de trabalho, pois

A popularização da Escola Normal ocorreu quando ela se transformou numa opção profissional para as moças de classe média, praticamente a única, já que as demais alternativas de trabalho eram reservadas aos homens ou consideradas masculinas (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 166).

Todavia, o sistema de ensino continuou apresentando diversos problemas, sendo novamente contextualizado nas obras literárias, desta vez no romance “O Ateneu”, de Raul Pompéia (sic), publicado em 1888, apontando que “a ineficiência do sistema de ensino se transforma em tema, aprofundando a idéia (sic) de que a escola serve de metáfora da sociedade”. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 169) Observação muito importante, visto que, os elementos que compõem o cenário da educação nesse período são os protagonistas de várias obras literárias. A literatura e a escola mantêm uma relação dialética que busca uma verdade e a possibilidade para refutar ou legitimar fatos que exigem atenção da sociedade. Muitas contradições, entre aquilo que era considerado certo e errado, justificaram a natureza de obras literárias que criticavam o contexto escolar daquela época, instigando por exemplo, a abolição dos castigos físicos. Isto posto,

A conclusão é que, espelhando uma a outra, nem a escola, nem a sociedade prestam. Como poderiam os livros ser diferentes? Ou mesmo, no caso dos “bons livros”, como poderia ser prazeroso e significativo o encontro patrocinado pela escola entre eles e os jovens leitores, recém-iniciados no mundo da leitura?  
A resposta talvez venha de outra das instituições envolvida com o livro e com a leitura: a biblioteca (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 174).

De certa forma, houve a valorização das bibliotecas, sendo a primeira que se instalou no Brasil foi a Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, trazida por D. João VI em 1814, composta basicamente de clássicos oriundos da Biblioteca Real de Portugal, mesmo assim, atendeu as expectativas que a literatura tradicional das escolas prestigiava, apesar dos poucos frequentadores e usuários, pois o país era carente de educação. No entanto, motivou interesse da sociedade na fundação de novas bibliotecas, propagadas por diversas regiões do Brasil.

Articulada a questão dos livros, é relevante destacar que origem e o desenvolvimento do ensino registrou algumas rejeições quanto ao conteúdo do material escolar estrangeiro inserido nas escolas, e se “(...) proclamava a inadequação dos livros portugueses para a juventude brasileira” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 183).

Nesse período, uma ação mútua instigou à independência do Brasil, a luta dos escritores nacionais pelo mercado brasileiro e, conseqüentemente, a urgência de adotar os livros brasileiros para as escolas brasileiras. Nessa fase, os problemas relacionados à educação foram sendo relativizados a partir das mudanças e sistematização do ensino e do material didático aplicados nas escolas e bibliotecas, conforme as demandas sociais emergentes na ocasião. A propósito, para fins de compreensão da história social da leitura no Brasil, foi registrado em 1854, os métodos de ensino de Antônio Feliciano de Castilho<sup>7</sup> – Método português Castilho de leitura que consistia na memorização do alfabeto. Posteriormente, em 1876, surge a Cartilha maternal de João de Deus<sup>8</sup>, que prescrevia: “Em vez do principiante apurar a paciência numa repetição banal, se familiariza com as letras e os seus valores na leitura animada de palavras inteligíveis” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 190). Essa cartilha sugere uma metodologia análoga as práticas de letramento da atualidade, pois considerações acerca dos significados das palavras e do contexto em que se desenvolve a leitura são fatores relevantes para a eficiência da cartilha criada por João de Deus.

Essa maneira de conceber o ensino nas escolas com livros escolares portugueses persistiu até metade do século XIX, mesmo com as críticas de autores brasileiros. Porém, esse conflito foi minimizado a partir do trabalho realizado por Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas, com a inserção no ensino brasileiro, dos livros escolares de sua autoria, fato que marcou, com pouco prestígio, a memória de alguns escritores brasileiros como Graciliano Ramos e Cora Coralina. “De todo modo, Macaúbas inaugura novo ciclo, o do livro didático de autor brasileiro destinado a todas as séries da educação fundamental” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 199).

É nesse contexto que a literatura na escola surge como uma estratégia para o ensino da poesia e do latim. Dentro das atividades pedagógicas desenvolvidas durante esse período, a obra *O Seminarista* (1872), de Bernardo Guimarães retrata bem essa questão

(...) o protagonista, Eugênio, vai estudar no Caraça, visando ordenar-se padre. Suas primeiras aulas de latim valem-se do compêndio de Antônio Pereira, com resultados negativos; o narrador comenta que o aproveitamento teria sido maior se o rapaz estivesse estudando a matéria nos poemas de Ovídio e Virgílio.

Como já foi dito, o objetivo maior era fazer uma proposta pedagógica desenvolvida com livros escolares brasileiros, fugindo do domínio lusitano, porém, com a falta de recursos financeiros para a produção de material escolar nacional, pouca coisa mudou. Mais tarde, o

---

<sup>7</sup> Escritor romântico português, pedagogo, inventor do Método Castilho de leitura.

<sup>8</sup> Poeta e pedagogo português, criador da Cartilha materna para ensino e leitura.

predomínio das obras estrangeiras, trouxe “(...) ao Rio de Janeiro, vindos da França, primeiramente o Romantismo, depois e sucessivamente, o Naturalismo, o Parnasianismo e o Simbolismo” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 210). Essa mudança contribuiu na busca de novos caminhos para o ensino da literatura, desconectando a relação de soberania da literatura portuguesa.

No final do século XIX, a literatura brasileira passou a ser apreciada pelos estudantes e ampliou seu espaço através da produção de várias antologias de autores românticos tais como José de Alencar; Gonçalves Dias; Casimiro de Abreu; Machado de Assis; Euclides da Cunha; Olavo Bilac entre outros. Mais adiante, o romance de 1945, *Abdias*, de Cyro dos Anjos, traduz a participação das mulheres para a formação das práticas sociais da leitura.

A intriga é narrada pelo protagonista, Abdias, que leciona numa escola de elite de Belo Horizonte, onde jovens, ociosas desde a conclusão do curso secundário até o casamento, têm aulas de literatura portuguesa e brasileira, pois, que parecem não apresentar grande importância, nem são necessárias à formação básica.

A implantação da proposta despertou nas mulheres o interesse pelo conhecimento da literatura daquela época alternado com as obras brasileiras e portuguesas.

É perceptível o avanço das práticas sociais da leitura, tendo como pressuposto a chegada ao Brasil de obras literárias francesas, inglesas e italianas com alguns best-sellers como: *Os três mosqueteiros* de Alexandre Dumas, *Robinson Crusoe* de Daniel Defoe e *Cuore* de Edmondo De Amicis, respectivamente. Os autores lidos inspiraram a criação de obras literárias brasileiras, com temas que chamaram à atenção dos alunos, indo na contramão dos interesses da escola, conforme Graciliano Ramos relata

Afinal, escreve o romancista, “eu precisava ler, não os compêndios escolares, insossos, mas aventuras, justiça, amor, vinganças, coisas até então desconhecidas.” Quando pode fazê-lo, procura lugares escondidos: “escapulia-me com o romance debaixo do paletó, [...] ia esconder-me na sala” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 226).

Esse novo posicionamento procede através das leituras clandestinas que ultrapassaram os limites e as possibilidades da imaginação, sugerindo uma maior motivação dos alunos, a partir de temas diversos e abordagens de interesse deles.

Paralelamente a essa questão, surgiram as publicações reservadas ao público infantil junto com as revistas em quadrinhos que cativaram as crianças e os jovens, integrando também as leituras clandestinas proibidas, constituindo o acervo predileto de meninos e meninas. Na sequência, ainda impulsionados pela leitura clandestina, os livros penetram no universo feminino, construindo a leitora, personagem da história da literatura, um sujeito singular

definido pela identidade de gênero que aparece inicialmente na Europa, num contexto histórico que envolveu a burguesia e a educação no século XVIII, com muitas restrições e limites.

No Brasil, a personagem da leitora surge instigada pela publicação da obra do *Verdadeiro método de estudar*, de Luiz Antônio Verney, editado na Itália em 1746 - que abordou a urgência na instrução das mulheres. Nesse período o governo do marquês de Pombal<sup>9</sup>, comprometido em promover o sistema capitalista e reforçar a classe burguesa, adere às ideias promovidas por Verney.

Somente a partir do século XIX, com o advento da Independência do Brasil e as mudanças no sistema de ensino, incluiu a instrução da mulher brasileira, restrita a uma alfabetização voltada para recitar orações e os cálculos sem escrita para a prática de costuras e bordados. O parâmetro da mulher brasileira educada perpassava pela ideia, segundo E. Belman (1984 apud LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 242) que foram diversas as críticas referentes à precária educação destinada às mulheres brasileira, retratadas em diferentes momentos da nossa literatura, sendo Machado de Assis, um dos autores que mais expressaram essa contingência em suas obras como *A mão e a luva* (1874), *Quincas Borba* (1891) e *Dom Casmurro* (1899), todas com as personagens femininas Guiomar, Sofia e Capitu, nessa ordem caracterizada como leitoras em construção com poderes de comunicação surreal para àquela realidade. Assim como Machado, José de Alencar também idealizou em suas obras uma leitora fora do comum, como no romance *Senhora*. “Emerge daí a dialética entre testemunho e fantasia, sendo está última a que possibilita à literatura esboçar uma utopia para as mulheres brasileiras do século XIX: desafiar o universo masculino” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 255). Algo intransponível para a época, uma ruptura de padrões inaceitáveis, pois numa sociedade patriarcal o homem dominava a mulher.

É importante perceber como essas obras repercutiram na realidade vigente, atravessaram a vida de muitas mulheres, mesmo que superficialmente provocaram nelas o desejo de poder. Ponderações acerca da militância feminina, em prol do desenvolvimento cultural das mulheres no século XIX, contou também com o apoio de Nísia Floresta<sup>10</sup>, José Veríssimo<sup>11</sup> e o jornal feminista de São Paulo, *A Mensageira*. Dessa forma, as mudanças foram inevitáveis e para resolver essa questão a solução foi que

---

<sup>9</sup> Nobre, diplomata e estadista português.

<sup>10</sup> Educadora, escritora e poetisa brasileira.

<sup>11</sup> Escritor; professor; crítico e historiador literário; membro e principal idealizador da Academia Brasileira de Letras.

Destinar a mulher ao ensino resolvia diferentes problemas: justificava pragmaticamente a necessidade de educá-la; solucionava a falta de mão-de-obra para o magistério, profissão pouco procurada porque mal remunerada; desobrigava o Estado de melhorar os proventos dos professores, porque o salário da mulher não precisava ser (e nem deveria) superior ao do homem, e sim complementar dele (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 262).

Nesse contexto, entra em cena a professora, que no exercício do magistério não marginalizava a figura da mulher, visto que a sociedade patriarcal permitiu que ela trabalhasse entendendo sua atividade como um prolongamento das atividades domésticas, além disso, foi mantido o controle das leituras permitidas e as censuradas. Se por um lado foi necessário modificar as condições sociais da mulher para que ela pudesse conquistar o direito de leitura, por outro foi preciso ultrapassar as barreiras que impediam o acesso a qualquer obra literária, propondo sua autonomia. A respeito dessas imposições, ressalto que as censuras de algumas obras tinham como pressuposto a temática do adultério, privilegiada na tradição literária em obras como *Madame Bovary* (1857) de Gustave Flaubert, *O primo Basílio* (1878) de Eça de Queiroz, *O mulato* (1881) de Aluísio Azevedo, entre outros - fatos que intrigavam e geravam suspeitas no reduto familiar patriarcal.

Esse panorama da história da formação de leitores no Brasil aponta inquietações e problemas que envolvem uma ação de (re) pensar a educação numa perspectiva análoga a nossa sociedade contemporânea, pois questões antes no passado continuam presentes hoje em dia. Podemos assinalar alguns fatos preocupantes daquela época, que ainda persistem no contexto escolar atual e precisam ser resolvidos, são eles: condições de trabalho inadequado, baixos salários dos professores, falta de estrutura e acervo nas bibliotecas escolares.

Outra curiosidade daquele período que merece destaque é o pronunciamento de Veríssimo em 1902: “[...] o número de analfabetos no Brasil, em 1890, segundo estatística oficial, era, em uma população de 14 333 915 habitantes, de 12 213 356, isto é, sabiam ler apenas 16 ou 17 em cem brasileiros ou habitantes do Brasil.” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 246). Eram evidentes as altas taxas de analfabetismo no país.

A importância da discussão sobre o analfabetismo para a sociedade se reflete na criação do INAF, abordagem que na sequência, segue o trabalho de pesquisa atualizando esse índice.

## 2. O INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL – INAF

Em vista da relevância do acesso ao saber em um mundo letrado que decorre das práticas sociais de fala, leitura e escrita, foi criado em 2001 o Indicador de Alfabetismo Funcional<sup>12</sup> (INAF) em uma parceria com a Organização Não Governamental (ONG) Ação Educativa e o Instituto Paulo Montenegro com o objetivo de “produzir informações inéditas no Brasil que servissem para fomentar e qualificar o debate público sobre a qualidade da educação, [...]” (RIBEIRO, LIMA, BATISTA, 2015, p. 11). O INAF desempenha um papel social reflexivo e investigativo, ao qual estão associados os resultados da educação escolar e continuada da população. No que concerne à pesquisa, destacam-se alguns conceitos importantes para a sistematização e organização da coleta de dados feitos pelo INAF no Brasil. Existe uma grande confusão entre os termos alfabetização e letramento, muitas vezes, compreendido como sinônimos. Entretanto, letramento é uma tradução da palavra inglesa literacy, e para os estudos da educação brasileira é o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita, observadas em diferentes contextos. Já o termo alfabetização, compreende a ação de ensinar e aprender a ler o código e como utilizá-lo, contudo, vale registrar que ambos os conceitos estão interligados, pois envolvem o uso da linguagem como objeto de aprendizagem, sendo coerente pensar o letramento como uma extensão do processo de alfabetização. Nesse horizonte de discussões,

O Inaf adotou uma definição operacional de alfabetismo, segundo a qual este consiste na capacidade de compreender, utilizar e refletir sobre informações contidas em materiais escritos de uso corrente – impressos, manuscritos ou eletrônicos -, para alcançar objetivos, ampliar conhecimentos e participar da sociedade (RIBEIRO, LIMA, BATISTA, 2015, p. 55).

Antes de dar continuidade ao estudo, cumpre fazer uma observação sobre o analfabetismo, fato que devido a universalização da educação no Brasil, reduziu em grande proporção, mesmo assim, o INAF classificou o analfabetismo como uma ocorrência que ainda merece atenção. A propósito, interessa mencionar que o INAF organizou os resultados da coleta de dados em quatro níveis de alfabetismo para discriminar as habilidades de processamento de informação verbal e da informação numérico<sup>13</sup>, conforme tabela abaixo:

---

<sup>12</sup> Indicador dos índices nacionais de leitura.

<sup>13</sup> Domínio do letramento e domínio numérico, respectivamente.

**Tabela 1 - NÍVEIS DE HABILIDADES DE ALFABETISMO**

Nome	Habilidades de processamento de informação verbal (domínio de letramento)	Habilidades de processamento de informação numérica (domínio do numeramento)
Analfabetismo	Não domina as habilidades testadas.	Não domina as habilidades testadas.
Rudimentar	Localiza uma informação explícita em textos muito simples e/ou familiares, compostos de sentenças e palavras (anúncios, títulos numa capa de revista, calendário, bilhete).	Lê e escreve números familiares, localiza uma informação numérica evidente em textos muito simples e de uso corrente (número de telefone, horário, preços de produtos em anúncios, cédulas).
Básico	Lê um texto de extensão média (cartas, notícias, avisos corporativos), localiza uma informação com um ou dois elementos, podendo fazer pequenas inferências.	Lê números da ordem dos milhões, resolve problemas matemáticos envolvendo uma operação aritmética e a execução de uma sequência de ações com pequenas exigências de planejamento e controle.
Pleno	Localiza vários itens de informação, compara textos relaciona e compara fato/opinião, fonte/versão, infere palavras substituídas, opera com informação contraevidente (sic), interpreta, relacionando informação textual com informação não textual.	Resolve problemas e lê representações matemáticas em que é necessário estabelecer critério de seleção de informações, elaborar e controlar um planejamento para produzir a resposta desejada.

Tabela 1 - Fonte: Elaborado pelas autoras (RIBEIRO, LIMA, BATISTA, 2015, p.74)

Partindo desse pressuposto, O INAF, adota o método de entrevistas domiciliares, aplicação de teste cognitivo, e a partir de 2007 incorporou o modelo da Teoria da Resposta ao



item<sup>14</sup>, a fim de avaliar as habilidades de leitura, escrita e cálculo, “[...] em uma amostra nacional representativa de 2 mil pessoas entre 15 e 64 anos de idade, residentes em zonas urbanas e rurais de todas as regiões do país” (RIBEIRO, LIMA, BATISTA, 2015, p. 96).

Este trabalho era realizado anualmente da seguinte maneira: nos anos ímpares, testavam habilidades de leitura e escrita e nos anos pares, as habilidades matemáticas. Porém, em 2007, a medição das habilidades de letramento e numeramento passou a ser feita nos mesmos questionários respondidos durante as entrevistas individuais e no domicílio. “As respostas dos entrevistados passam por um processo de correção/codificação que as classifica como “Acertos”, “Erros” e “Não resposta”, não havendo acertos parciais (“meio certo”)” (RIBEIRO, LIMA, BATISTA, 2015, p. 79).

Com base nos 10 anos do INAF é relevante refletir sobre o termo analfabeto funcional, compreendido aqui, como o sujeito que mesmo sabendo ler e escrever, não tem as habilidades de leitura, escrita e cálculo suficiente para assegurar seu desenvolvimento pessoal e profissional, sendo um dado significativo na relação da formação dos leitores. Neste período de 10 anos e com foco na escolaridade, pois esta pesquisa investiga a relação dos estudantes com a leitura, segue a tabela abaixo com os respectivos dados registrados, conforme exposto em (RIBEIRO, LIMA, BATISTA, 2015, p. 28):

---

<sup>14</sup> “A TRI engloba uma série de modelos matemáticos cujo objetivo principal é a obtenção de medidas de construtos latentes, baseadas na probabilidade de um indivíduo escolher uma determinada resposta a um item dicotômico e/ou ordinal.” (RIBEIRO, LIMA, BATISTA, 2015, p.119)

**Tabela 2 - EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE ALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 A 64 ANOS NO INAF, POR ESCOLARIDADE**

Níveis	Até ensino Fundamental (anos iniciais)		Fundamental Ensino (anos finais)		Ensino Médio		Ensino Superior	
	2001/ 2002	2011	2001/ 2002	2011	2001/ 2002	2011	2001/ 2002	2011
Analfabeto	30%	21%	1%	1%	0%	0%	0%	0%
Rudimentar	44%	44%	26%	25%	10%	8%	2%	4%
Básico	22%	32%	51%	59%	42%	57%	21%	34%
Pleno	5%	3%	22%	15%	49%	35%	76%	62%
Analfabeto Funcional	73%	65%	27%	26%	10%	8%	2%	4%
Funcionalmente alfabetizado	27%	35%	73%	74%	90%	92%	98%	96%
BASES	797	536	555	476	481	701	167	289
Proporção do grupo de escolaridade na amostra	40%	27%	28%	24%	24%	35%	8%	14%

Tabela 2 - Fonte: INAF Brasil 2001-2011 – RIBEIRO, LIMA, BATISTA, p.28.

Os dados apresentados indicam que houve avanço no desempenho dos estudantes brasileiros durante o ensino fundamental, (anos iniciais), caindo o índice no nível do analfabeto e o analfabeto funcional. E isso se justifica porque, nessa fase de escolaridade, a maioria dos alunos conclui pelo menos os quatro anos iniciais do ensino fundamental. Além disso, houve

uma melhora no ensino brasileiro, viabilizadas por diversas políticas públicas, como por exemplo, o Programa universidade para todos (ProUni)<sup>15</sup> e a educação de Jovens e Adultos (EJA)<sup>16</sup>, entre outras. E para as séries finais do ensino fundamental os índices do analfabeto funcional ficaram estáveis, praticamente sem mudanças oscilando entre 27% e 26%, enquanto no nível pleno sucedeu uma queda, indo de 22% para 15%. Na sequência, a tabela nos conduz a uma reflexão acerca do aumento de brasileiros que alcançam o ensino médio e superior, contudo, diminuíram as habilidades no nível pleno de 49% para 35% e de 76% para 62% respectivamente. Então,

Os dados de uma década do Inaf, portanto, evidenciam que a expansão de oportunidades educacionais eleva o nível de alfabetismo da população como um todo. Porém, observa-se que o maior acesso aos níveis de escolaridade mais altos repercute, num primeiro momento, pelo menos, na queda das habilidades que aquele nível garante para a maior parte dos que a ele acedem (RIBEIRO, LIMA, BATISTA, 2015, p. 30).

Ainda que a universalização da educação básica e superior tenha ampliado significativamente o acesso a educação no Brasil, a práticas de ensino e aprendizagem de leitura e escrita merecem mais atenção no tocante ao desempenho qualitativo dos alunos, considerando que a leitura orienta quase todas as atividades na sala de aula e nas esferas da atividades humanas das sociedades grafocêntricas, sendo necessário melhorar gradativamente os níveis de alfabetismo no Brasil destacados na tabela 2.

Outro aspecto analisado na pesquisa que merece destaque é a queda da leitura em seus suportes tradicionais, considerando esse mesmo período de 10 anos de pesquisas do INAF, que inicialmente aponta uma queda no número de leitores de livros com as mais variadas nuances, jovens, ricos e até os mais escolarizados. O mesmo ocorre com a quantidade de livros possuídos por pessoa, bem como os que frequentavam as bibliotecas.

Em relação às práticas de leitura em diferentes suportes impressos, como jornais revistas e livros, o INAF registra uma queda expressiva, o que surpreende um pouco porque,

Seria de se esperar que, com maior acesso à escola, com mais anos de estudos, com maiores recursos econômicos e com o domínio relativamente maior da língua escrita, a população brasileira tivesse acesso a práticas de leitura mais intensas e diversificadas em se tratando desses impressos de prestígio (RIBEIRO, LIMA, BATISTA, 2015, p. 192).

---

<sup>15</sup> Iniciativa do governo federal que visa facilitar o ingresso de alunos carentes ao ensino superior, vinculado ao Exame Nacional do Ensino Médio.

<sup>16</sup> Educação de Jovens e Adultos.

Diante desta realidade, observa-se também uma relação de proximidade desses leitores com as novas tecnologias, por isso, o tratamento dado aos tradicionais suportes impressos muda, pois estes deixam de serem os únicos protagonistas da cultura letrada. Conforme pontua RIBEIRO, LIMA, BATISTA, (2015, p. 193) “(...) estão deixando de fazer parte da cultura letrada de prestígio, e sendo substituídos por uma cultura técnica, bem como por outros suportes e meios – como o digital – como fontes de acesso à informação, ao entretenimento, ao estudo (...)” Chamo a atenção para o fato que ao longo dos 10 anos do INAF, as tecnologias evoluíram muito rápido, antes a internet era discada e restrita ao computador, agora contamos com internet a cabo, redes sem fio e propagadas pelas televisões, celulares e tablets. Os dados apresentados podem sofrer influência devido à mudança dos suportes, considerando o mundo digital, e a influência que ele tem na sociedade atual, como um todo. Também não há como estabelecer uma relação pontual do declínio da leitura tradicional de obras impressas em virtude das novas tecnologias. Mesmo assim, é importante a análise do gráfico que mostra a redução na quantidade de livros por residência:

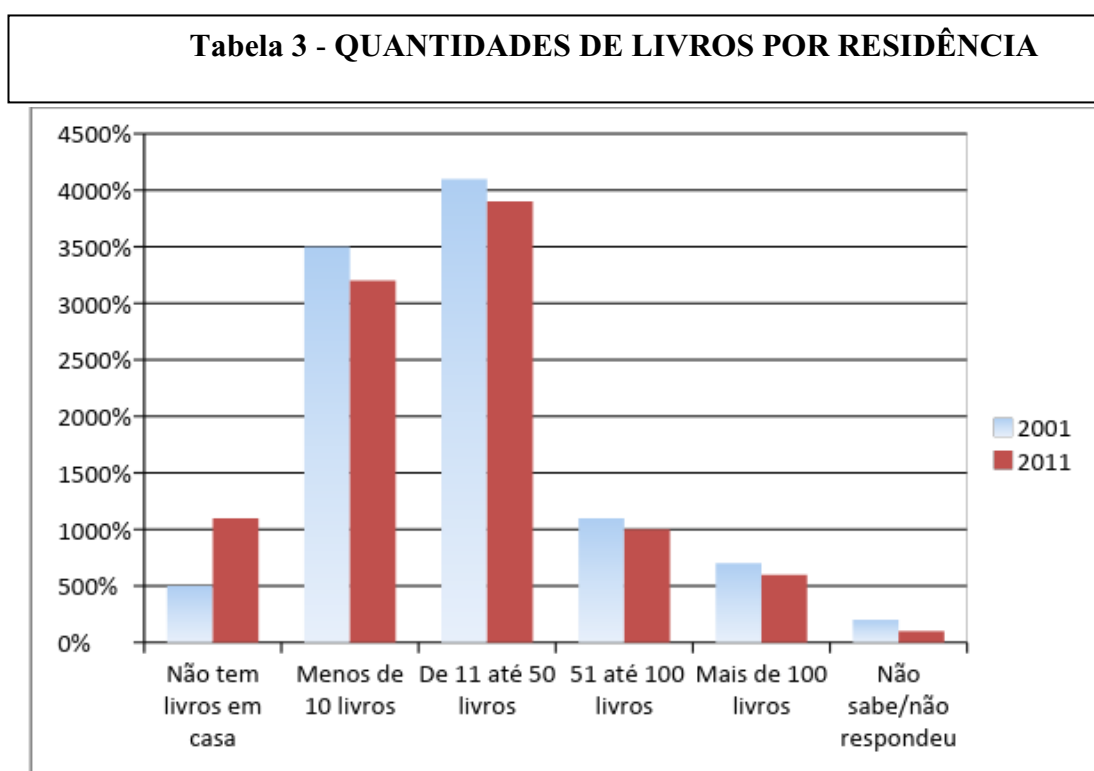


Tabela 3 - INAF Brasil 2001-2011, RIBEIRO, LIMA, BATISTA, 2015, p. 198.

Como podemos perceber, a maioria dos resultados permanece cristalizada no percentual de livros possuídos, com exceção das pessoas que afirmam não ter livros em casa, nesse caso a percentual dobra. Esse panorama surpreende, contudo não é parâmetro para avaliarmos a leitura dos brasileiros, visto que o predomínio da tecnologia sugere mudanças e como consequência o mundo digital instiga atualizações constantes nas pesquisas relacionadas às práticas de leitura, a fim de ajustar procedimentos fundamentais que devem reverberar nos resultados sobre a leitura ou navegação na internet em nosso país. Essa situação repercutiu também no acesso às bibliotecas, confirmando a queda no número de leitores de livros.

O trabalho realizado pelo INAF, durante 10 anos, é tema interessante e singular para discorrer acerca dos benefícios ou adversidades gerados na área da educação, que concomitante com políticas públicas educacionais como o Sistema Avaliação da Educação Básica (Saeb)<sup>17</sup>; o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)<sup>18</sup>; o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja)<sup>19</sup>; o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)<sup>20</sup> e a Prova Brasil<sup>21</sup>, evidenciam o perfil do ensino no Brasil - em geral, com avanços progressivos. Entretanto há uma questão ainda carente de investimentos públicos que requer especial atenção, as bibliotecas escolares, estudo e pesquisa que apresentamos no próximo capítulo.

## **2.1. IMPLICAÇÕES DAS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA**

O ensino de língua portuguesa, pautado na teoria bakhtiniana, sugere um ensino de leitura e escrita muito mais reflexivo e menos transmissivo. Na concepção interacionista de Volochinov/ Bakhtin, o ato de falar implica a ação do sujeito sobre o outro sujeito, então: “(...) a pluralidade dos homens encontra seu sentido não numa multiplicação quantitativa dos "eu", mas naquilo em que cada um é o complemento necessário do outro” (BAKHTIN, 2011, p.XXVII).

A língua então é concebida num cenário social, onde o sujeito é o protagonista e ao entrar em contato com outro, age sobre o mundo, se relaciona com o mundo e diz sobre o mundo. E segundo Paulo Freire, "Cada um de nós é um ser no mundo, com o mundo e com o

---

<sup>17</sup> Avalia os sistemas de ensino com base em amostras de estudantes.

<sup>18</sup> Criado em 1998, é um instrumento de autoavaliação e indicador de qualidade do ensino médio.

<sup>19</sup> Oferece a possibilidade de certificar pessoas jovens e adultas por meio de um exame baseado em quatro áreas de conhecimento e uma redação.

<sup>20</sup> Rede mundial de avaliação de desempenho escolar – a partir do ano de 2000.

<sup>21</sup> Avalia alunos de 5º e 9º ano do ensino fundamental nas escolas públicas do país.

outros." (FREIRE, 1997, p. 26) No contexto da educação, a ideia é ressaltar a importância da relação dialógica entre o aluno e o professor, falar e ouvir ou vice versa, tendo a visão de uma educação como prática da liberdade.

Vale lembrar que o uso da língua, nos mais diversos gêneros textuais, propicia a interação do sujeito com o outro através da linguagem, constituindo uma atividade discursiva. As propostas apresentadas, nas quais se concentram os estudos do Círculo de Bakhtin são de uma abordagem interacionista e vão ao encontro com os Parâmetros Curriculares Nacionais, que prescrevem

Os princípios organizadores dos conteúdos de Língua Portuguesa (USO - REFLEXÃO - USO), além de orientarem a seleção dos aspectos a serem abordados, definem, também, a linha geral de tratamento que tais conteúdos receberão, pois caracterizam um movimento metodológico de AÇÃO - REFLEXÃO - AÇÃO que incorpora a reflexão às atividades linguísticas do aluno, de tal forma que ele venha a ampliar sua competência discursiva para as práticas de escuta, leitura e produção de textos (BRASIL. MEC, 1998).

Para um melhor entendimento nesse estudo é interessante colocar a concepção de texto, seja verbal, escrito ou em outra forma semiótica, abordada na obra *Estética da Criação Verbal*, de Bakhtin, que pontua

O texto como reflexo subjetivo do mundo objetivo, o texto como expressão da consciência que reflete algo. Quando o texto se torna do conhecimento podemos falar de reflexo do reflexo. A compreensão de um texto sempre é um correto reflexo do reflexo. Um reflexo através do outro no sentido do objeto refletido (BAKHTIN, 2011, p. 319).

Diante dessas considerações, podemos concluir que, no contexto escolar, para que o aluno desenvolva sua competência discursiva, o professor precisa considerar que a unidade básica do ensino só pode ser o texto, sendo fundamental a participação do aluno nas atividades em sala de aula, compartilhando seus conhecimentos e interagindo face a face com o professor e os colegas. Com base nesse pressuposto, interessa mencionar que "A compreensão de um texto é um processo que se caracteriza pela utilização de conhecimento prévio [...] adquirido ao longo de sua vida". (KLEIMAN, 2002, p. 13), dessa forma as inferências realizadas com a leitura alternam-se entre os sujeitos. A autora sugere uma/ relação dialógica da linguagem e a realidade que merece atenção no processo de ensino e aprendizagem da leitura em sala de aula.

Contudo, são necessários recursos para que o professor possa promover aulas dinâmicas com o texto, conforme determinação nos PCNs, "A escola deve dispor de uma biblioteca em que sejam colocados à disposição dos alunos, inclusive para empréstimo, textos de gêneros variados, materiais de consulta nas diversas áreas do conhecimento, almanaques, revistas, entre outros". (BRASIL. MEC, 1998)

Então, considerando os fundamentos teóricos e metodológicos que envolvem as atividades de escuta, leitura e produção textual, que devem estar em sintonia com as práticas desenvolvidas na disciplina de língua portuguesa, a pesquisa teórica e de observação servirá como subsídio para análise dos pontos convergentes e divergentes em relação ao ensino tradicional, mostrando também as concepções que servem de aporte teórico para os professores de língua portuguesa.

### 3. A ESCOLA, OS LIVROS E OS LEITORES

*"O objeto literário é um estranho pião, que só existe em movimento. Para fazê-lo surgir, é necessário um ato concreto que se chama leitura, e ele só dura enquanto essa leitura durar" (Jean Paul Sartre)*

Nessa pesquisa, a biblioteca escolar é entendida, principalmente, como um espaço reservado para subsidiar o trabalho pedagógico em todas as áreas de conhecimento na instituição de ensino, e segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, "A tarefa de formar leitores e usuários competentes da escrita não se restringe, portanto, à área de Língua Portuguesa, já que todo professor depende da linguagem para desenvolver os aspectos conceituais de sua disciplina". (PCN's 1998, p. 31) O papel do professor, nesse contexto, é assessorar/assistir o aluno na busca, escolha e emprego das informações, visando aprimorar seus conhecimentos. Para esse propósito, a biblioteca escolar é fundante, devendo ser compreendida como um espaço democrático, propício para a valorização e práticas de leituras, contribuindo com resultados promissores na formação do leitor, sendo mais que um mero espaço onde se guardam os livros.

A gênese das bibliotecas pressupõe uma importante historicidade no desenvolvimento cultural da humanidade, e conforme prescrito no dicionário Caldas Aulete (2004, p. 101)

ENCICL.: As bibliotecas datam da Antiguidade (c. 3000 a.C), como coleções de papiros, tabletes gravados (chamados 'tábulas'), e manuscritos vários. Nos sécs. XIX e XX, quando se desenvolveram sistemas modernos de conservação e classificação de livros e documentos, foram criadas grandes bibliotecas. No Brasil, a primeira biblioteca foi a do mosteiro de São Bento, Salvador, BA, em 1581. As mais importantes são a Biblioteca Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, a Biblioteca Municipal de São Paulo, a da USP, a da Universidade de Brasília e a Biblioteca do Congresso.

A constituição das bibliotecas promoveu a disseminação do conhecimento e da informação, através das práticas de leitura, apesar de inicialmente estar restrita a uma minoria que mantinha o poder e o acesso à escola. Entretanto, a universalização do ensino e da biblioteca implica supor que essas possibilidades evoluíram e atingiram maior número de leitores. Porém, há controvérsias, uma vez que as pesquisas do INAF apontam queda considerável na relação dos estudantes com a leitura, conforme registro na tabela 2.

Importa refletir sobre a Lei Nº 12.244 (BRASIL, 2010), sancionada pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva que promove a universalização das bibliotecas escolares, previsto no "Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos



os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta lei”.  
([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm))

A questão pertinente nessa lei que merece atenção é: o que compreende as bibliotecas escolares e quem é o responsável por administrar seu acervo e horário de funcionamento, a fim de proporcionar a comunidade escolar variado acesso à literatura bem como outras fontes à informação como jornais, revistas e internet abrindo um leque de possibilidades para discussões e estudos acerca da realidade que estão inseridos os alunos e a escola.

Há que se considerar também o Decreto nº 7.559 (BRASIL, 2011), sancionado pela Presidenta Dilma Rousseff que trata sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL, objetivando subsidiar as bibliotecas escolares com recursos e projetos que estimulem as práticas de leituras, conforme prescrito no “Art.1º O Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL consiste em estratégia permanente de planejamento, apoio, articulação e referência para a execução de ações voltadas para o fomento da leitura no País.”  
([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm)). Em relação a esse decreto verifiquei junto a Coordenadora geral do sistema Nacional de Bibliotecas Públicas – SNBP e o Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas – DLLB, por meio de e-mail (Anexo 2), sobre o prazo de vigência dessa legislação, recebendo como resposta da funcionária competente a seguinte informação:

“De acordo com a legislação brasileira um decreto somente perde a vigência com a entrada de outro decreto que lhe retire vigência. E também em algumas normas jurídicas existe a possibilidade de ser prevista a duração de uma norma, mas isso não se aplica ao PNLL.”

Outras políticas públicas foram criadas para incentivar e ampliar as práticas de leitura nas bibliotecas escolares e conseqüentemente o desenvolvimento intelectual e cultural dos alunos, mesmo assim a realidade que se apresenta nas escolas mostra que os alunos leem pouco e não tem o hábito da leitura. Existe uma lacuna a ser preenchida para sanar esse problema, além disso, a discussão acerca da biblioteca escolar nos instiga a pensar na necessidade de um profissional habilitado na área de biblioteconomia para responder às necessidades de informação e aproveitamento pleno das políticas públicas.

De maneira análoga, em sua monografia Joelson Ramos Eduvirges advoga que o problema para desenvolver as práticas e hábitos de leitura nos alunos pode estar associada a falta de um acervo maior e diversificado nas bibliotecas, a falta de estímulos dos professores e principalmente a falta de um bibliotecário habilitado (EDUVIRGES, 2012).

### 3.1. A BIBLIOTECA ESCOLAR

Partindo do princípio de que as práticas de leitura na escola podem estar vinculadas ao contexto da biblioteca escolar, pois neste ambiente as perspectivas de trabalho pedagógico instigam o aluno à leitura e os professores recorrem à biblioteca para subsidiar seus alunos em pesquisas e trabalhos. Nesta pesquisa ficou evidenciada a carência de infraestrutura tecnológica, material e humana que prejudica o processo de ensino e aprendizagem na escola como principal meta dessa instituição de ensino.

Diante dessas considerações, buscamos subsídios para avaliar como a biblioteca nas escolas públicas estaduais vem sendo utilizada, a fim de contribuir na formação do aluno leitor bem como na sua formação como um todo. Nesse contexto, cabe destacar a organização desta nova versão do Projeto de Lei Complementar - PLC/0013.1/2016 de autoria da deputada Luciane Carminatti, que cria o cargo de bibliotecário nas escolas públicas estaduais de Santa Catarina, e que pode fornecer subsídios para as reflexões sobre diferentes propostas de organização teórico metodológica nas bibliotecas escolares, para fortalecer as ações institucionais da escola que priorizam as práticas de leitura do aluno, contribuindo para a sua formação, permanência e êxito escolar. Nesse sentido é de fundamental importância o projeto, uma vez que é escassa abordagem de temas que permeiam as bibliotecas escolares. Além de que é relevante aos profissionais da educação na busca do desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagem, que coadunam com os objetivos dos estudantes, dando seguimento aos parâmetros introduzidos pelo educador Paulo Freire. Ele tinha um trabalho importantíssimo das bibliotecas populares, conhecido como círculo de cultura em que as pessoas (principalmente adultos), eram convidadas a narrar suas próprias histórias, constituindo um acervo das histórias contadas pelas pessoas nas bibliotecas populares. E segundo Freire (1997, p. 33)

Daí a necessidade que tem uma biblioteca popular centrada nesta linha de estimular a criação de horas de trabalho em grupo, que se façam verdadeiros seminários de leitura, ora buscando o adentramento crítico no texto, procurando apreender a sua significação mais profunda, ora propondo aos leitores uma experiência estética, de que a linguagem popular é intensamente rica.

De certo modo, um dos grandes objetivos dele era unir as pessoas no círculo, em rodas de conversa para que nesse processo interativo, elas se fortalecessem como grupo, para se pensar dentro do grupo, e assim constituir uma identidade.

Na concepção de Paulo Freire, as bibliotecas populares não eram só bibliotecas que davam acesso aos cânones - nesse contexto foram desenvolvidos letramentos globais e locais. Globais têm a ver com as perspectivas dos letramentos dominantes, ou seja, textos patrimonialistas das culturas, dos cânones em sintonia com os textos produzidos nas histórias

de vida das pessoas, pois segundo Freire (1997, p. 71) “Desde pequenos aprendemos a entender o mundo que nos rodeia. Mas este conhecimento que ganhamos de nossa prática não basta, precisamos conhecer melhor as coisas que já conhecemos e conhecer outras que ainda não conhecemos.” Porque neste momento que o sujeito se integra na escola, ele está se construindo, começa a se entender no processo todo de ingresso no sistema educativo formal, sendo necessário ir além da concepção de leitura como forma de compreender o mundo.

Seguindo essa linha freiriana, o processo de alfabetização tem que ser um processo que vise auxiliar na conscientização do homem para que ele se compreenda no tecido social como membro que vive numa sociedade ocupando posições dentro desse tecido social. Há uma compreensão de classes, de consciência de si e do outro para agir neste mundo, daí a ideia da palavra de Paulo Freire em que a leitura das palavras deve servir para dar sentido a leitura do mundo. Ler o seu mundo, entender o mundo em que se vive para desenvolver essa consciência de si para si. Em si e para si - essa é uma questão importante porque, segundo Freire, a leitura ajuda o homem nesse processo de conscientização de quem ele é e o que significa ser no mundo em que ele vive. Essa é uma opção política do educador de trabalhar pelos oprimidos, pela classe subjugada, objetivando a conscientização dos oprimidos para que eles entendam que mundo é esse que estão vivendo e para que eles se libertem desse estado e possam construir seus projetos pessoais nesse mundo complexo. Diante disso, é interessante refletir sobre o papel da biblioteca escolar, tendo a visão de um lugar onde as pessoas, as crianças, a escola toda possam promover, tanto o encontro com os cânones, com a cultura dominante quanto com eles próprios. Por isso, varais literários podem ser desenvolvidos na biblioteca, projetos como exposição de contos populares do bairro, lendas entre outros, a fim de promover encontros contínuos com a cultura local e global. Essa seria a biblioteca que Paulo Freire idealizava, uma biblioteca interativa no sentido de fazer com que as pessoas dialogassem umas com as outras. Nesse sentido, a concepção de biblioteca era mais revolucionária, não como um depósito de livros canônicos onde as pessoas vão lá e bebem dessa fonte canônica e saem de lá mais cultas. É um lugar de interação mesmo, de cultura, intercultural, de mistura local e global, pois atualmente a horizontalização de saberes envolve diversas formas de letramento, com trabalhos desenvolvidos com rapper, hip hop, poesias das crianças, contos que estão inseridos na comunidade escolar do bairro, coisas da sua região porque tudo isso fortalece as identidades. Fortalecer identidades é um dos papéis da escola e do processo de escolarização, uma vez que ajudam as crianças, os alunos a se desenvolverem como seres completos e potencializa esse desenvolvimento.

A perspectiva freiriana mais revolucionária de conscientização enxerga a biblioteca

como o lugar também da produção de cultura, a difusão da cultura local. Contudo, isso as vezes é uma quimera, nem sempre os professores de língua portuguesa se dão conta disso, quando deveria ser uma coisa mais natural, e nesse processo a figura do bibliotecário contribui significativamente para a socialização, uso e práticas de ensino e aprendizagem com um trabalho desenvolvido em sintonia com o Projeto Político Pedagógico da escola. Não é só marcar um dia para os alunos irem à biblioteca e retirarem um livro, pois isso deveria acontecer naturalmente e nem sempre durante o período da aula. O ideal é que a biblioteca ficasse aberta em outros períodos, exigindo que haja na escola um profissional habilitado na área específica da biblioteconomia para proporcionar a democratização das bibliotecas escolares.

A atuação deste profissional nas bibliotecas escolares poderia potencializar aos professores um ensino de leitura e escrita reflexivos, conforme proposta de estudo e teorias que valorizam o aluno como sujeito que interage com o outro e com o mundo através da linguagem, como mostra o próximo capítulo.

#### 4. METODOLOGIA E CONTEXTO

A cidade de Florianópolis tem um total de 42 escolas públicas estaduais, porém, a pesquisa será concentrada em sete escolas, e a escolha delas foi principalmente devido a questões de mobilidade da pesquisadora, privilegiando instituições concentradas na região sul e central da cidade, além da receptividade positiva dos profissionais de educação das instituições selecionadas. Por isso, as escolas que participaram dessa pesquisa estão discriminadas a seguir: EEB Prof<sup>o</sup> Henrique Stodieck; EEB Ildefonso Linhares; EEF Júlio da Costa Neves; EEB Lauro Muller; EEB Porto do Rio Tavares; EEF Severo Honorato da Costa; EEB João Gonçalves Pinheiro (passará para EEM Vereador Oscar Manoel da Conceição).

Para a geração de dados, foram aplicados questionários com professores do ensino fundamental II e médio, contando também com os profissionais que atuam como bibliotecários, a fim de identificar suas práticas de leitura e o acervo que a biblioteca escolar disponibiliza para realização de atividades relacionadas à leitura. Além disso, a análise da proposta que cria o cargo de bibliotecário(a) nas escolas públicas estaduais, da deputada estadual, Luciane Carminatti subsidiou a pesquisa para entender em que medidas políticas indutivas dessa natureza, podem contribuir para as práticas de leitura na esfera escolar.

Apresentamos os documentos oficiais parametrizadores que norteiam o ensino de Língua Portuguesa, do ensino fundamental, no Brasil, (PCN's e BNCC), bem como os documentos de área no âmbito estadual e municipal em relação às práticas de leitura das escolas públicas estaduais de Santa Catarina, e do município de Florianópolis para a efetiva prática de letramentos em sala de aula. Depois a pesquisa avançou para a junção de vários elementos de referências, no que diz respeito à leitura, entre eles artigos, teses e livros com o intuito de descobrir e conhecer os fundamentos da prática de leitura em sala de aula, o uso da biblioteca escolar e a formação de leitores.

Os dados gerados a partir das respostas dos questionários aplicados aos professores foram analisados, auxiliando no desenvolvimento de um panorama geral sobre as práticas de leitura e uso da biblioteca no contexto escolar. Para isso as principais questões envolveram algumas concepções de alfabetização; letramento; língua e linguagem para identificar a linha teórica ou autor na qual o professor busca subsidiar, sistematizar e planejar suas aulas. Outras perguntas mais específicas ao uso das bibliotecas e o perfil dos alunos em relação às práticas de leitura e escrita também contribuíram para a pesquisa.

## 5. ANÁLISE DE DADOS

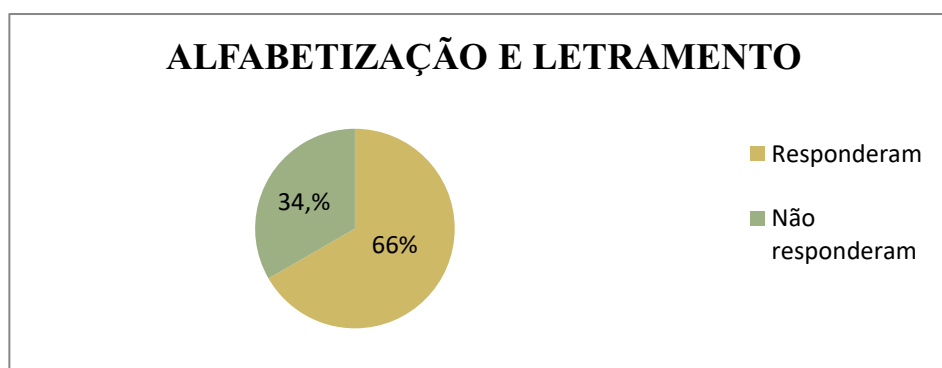
Espera-se que a pesquisa, no que concerne a prática de leitura em sala de aula, contribua para sanar irregularidades no processo de ensino e aprendizagem na disciplina de Língua Portuguesa, tais como a falta do bibliotecário, assim como melhorar os recursos destinados a biblioteca escolar. Os resultados apresentados excluem a EEB Prof<sup>o</sup> Henrique Stodieck, que na ocasião os professores não responderam ao questionário. Outras adversidades ocorreram durante a pesquisa, ainda assim os dados gerados apontam questões significativas que merecem atenção pelas autoridades competentes à educação brasileira.

Os questionários foram respondidos por 09 (nove) professores de seis escolas públicas estaduais do ensino fundamental e médio, além disso, há relatos de 04 (quatro) professores readaptados que trabalham na biblioteca escolar.

### 5.1. RESULTADOS

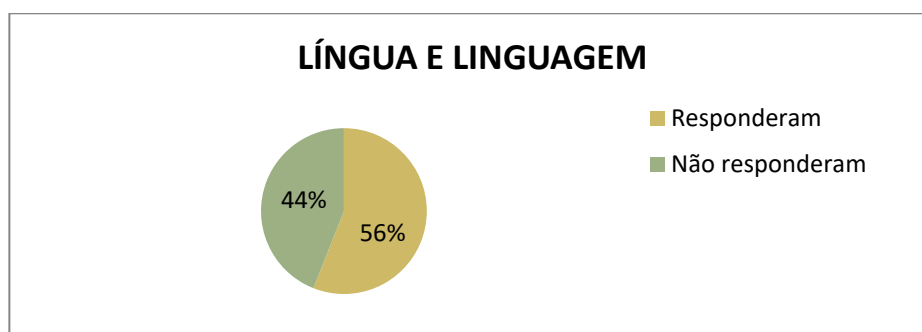
Nesse tópico, são apresentados os resultados e análise dos dados a partir das respostas obtidas com a aplicação do questionário e entrevista com os bibliotecários.

**Gráfico 1** – Na questão nº 1 com considerações acerca da alfabetização e letramento.



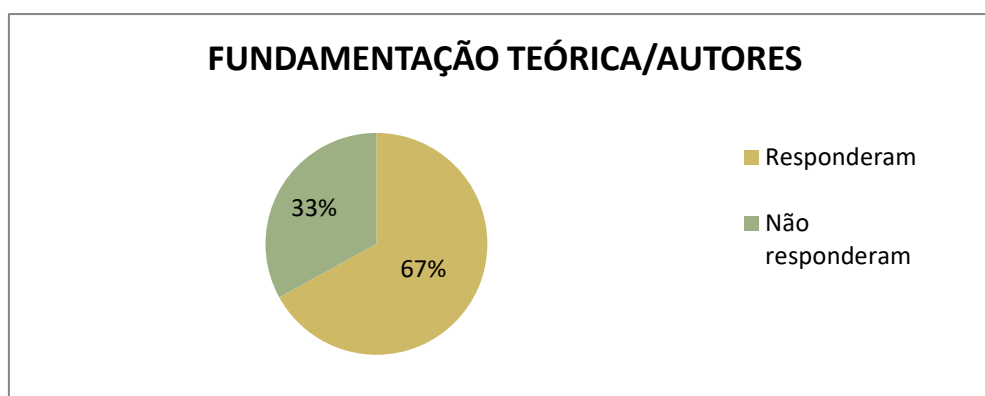
Nas escolas em que foi realizada a pesquisa nove professoras participaram do questionário investigativo, porém quando perguntado a primeira questão, era para falarem sobre suas experiências durante a graduação sobre alfabetização e letramento, somente seis responderam, compreendendo que alfabetização e letramento são práticas diferentes, mas que dialogam entre si.

**Gráfico 2** – A questão nº 2 trata sobre a concepção de língua e linguagem.



Nessa questão as professoras responderam sua concepção de língua e linguagem, sendo que quatro delas não se manifestaram, mas as respostas obtidas evidenciaram que as professoras compreendem que a língua e a linguagem assumem um papel importante no processo interativo de comunicação, por isso merecem atenção nas práticas de ler, escrever, ouvir e falar desenvolvidas na sala de aula, pressupondo contribuir na formação e identidade do aluno.

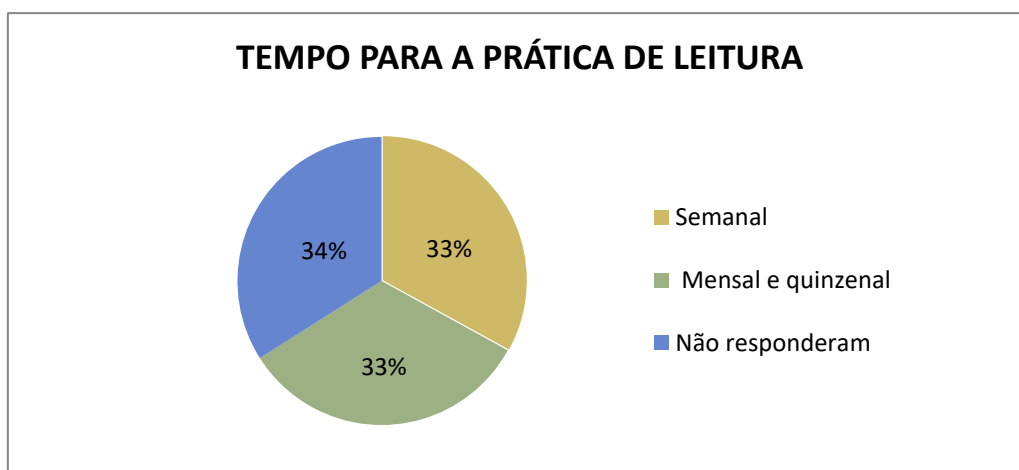
**Gráfico 3** – Na questão nº 3 Em relação à leitura, linha teórica ou autor para planejamento de aula.



A questão nº 3 aborda a relação com as práticas de leitura com os alunos abrangendo a fundamentação teórica ou os autores que norteiam as aulas. As respostas dos seis professores que responderam foram variadas desde Vanderlei Geraldi; Irlandé Antunes; Paulo Freire; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Carlos Alberto Faraco, e alguns autores fora do circuito dos cânones, como Conceição Evaristo e Maria Firmina dos Reis. Dos três professores que não responderam um relatou que:

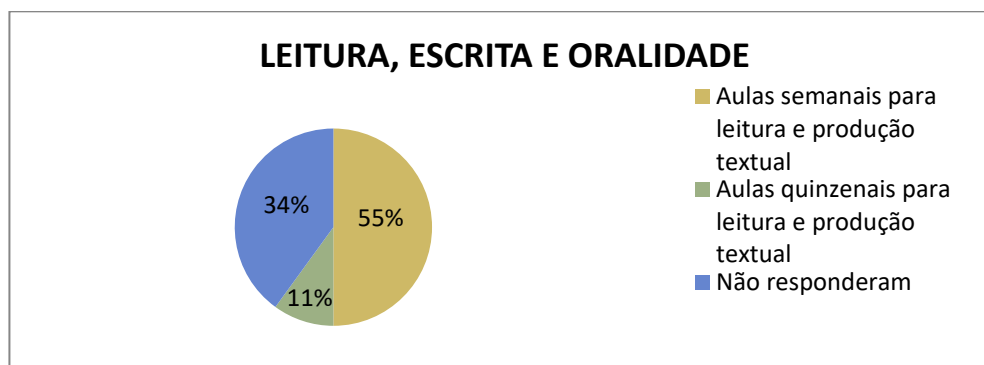
“- Não sigo linhas teóricas, pois penso que o aluno deve ler por prazer e com vontade. Não determino títulos literários, deixo que o aluno escolha o que quer ler. Desde, é claro que sejam livros adequados para a faixa etária.”

**Gráfico 4** - A questão nº 4 sobre o tempo dedicado a formação do leitor.



Dentro do planejamento das aulas e o tempo disponibilizado para a prática de leitura três professores responderam que trabalham a leitura semanalmente, mas não especificaram as atividades realizadas posteriormente. Porém, três professores que afirmaram destinar as aulas de leitura no período mensal e quinzenal informaram que são realizados seminários, debates, comentários, pesquisas e textos nos mais variados gêneros. Ainda foi constatado que outros três professores não responderam essa questão.

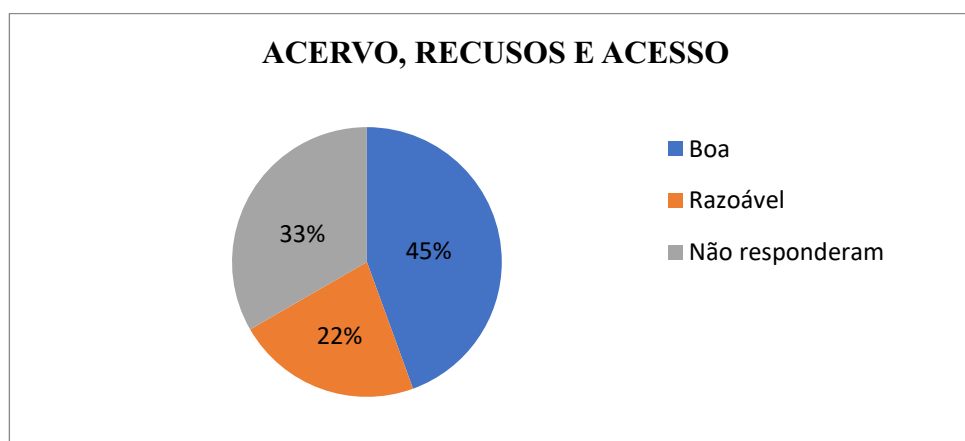
**Gráfico 5** – E a questão nº 5 pergunta sobre: O tempo para aulas de: Leitura e produção textual, Expressão oral e compreensão oral





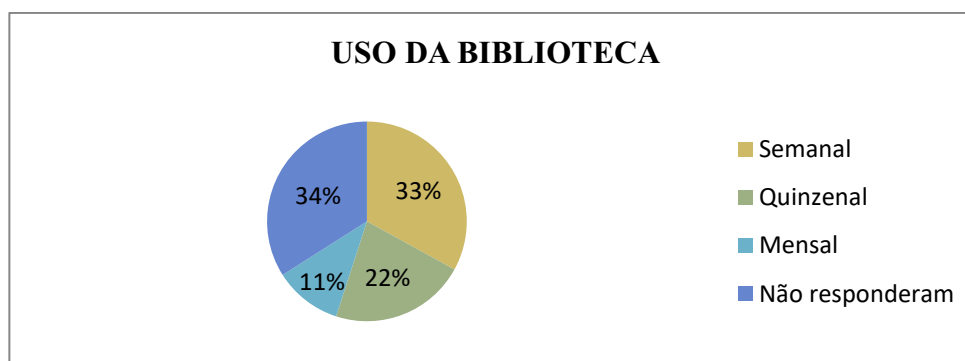
Ainda sobre o tempo das aulas para a formação do leitor, quatro professores não responderam a questão do tempo disponibilizado para as aulas de leitura e produção textual, expressão oral e compreensão oral. Uma professora respondeu fazer esse trabalho quinzenalmente, contudo seis disponibilizam as aulas semanais para o trabalho com leitura e produção textual, bem como a oralidade.

**Gráfico 6** – Questão n º6, Acervo, recursos e acesso à biblioteca.



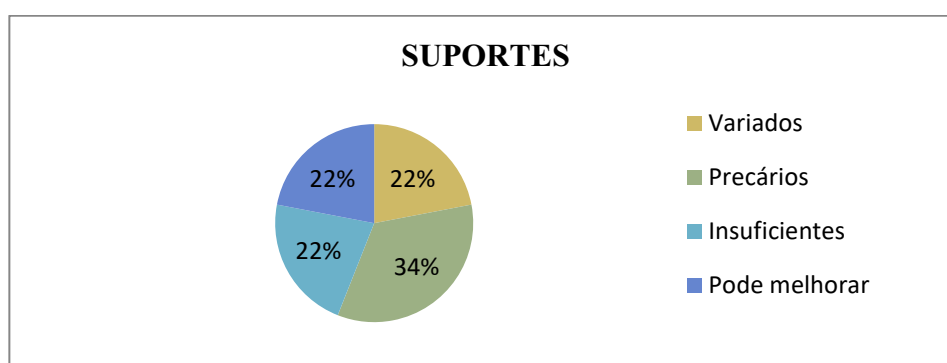
Quando pedido para os professores avaliarem o acervo, recursos e acesso à biblioteca, três preferiram não se manifestar, quatro responderam que era bom, dois que era razoável. Talvez essa questão fosse a mais relevante, pois o trabalho pedagógico necessita de subsídios para ser realizado, ou seja, os recursos físicos, materiais e tecnológicos precisam estar atualizados e com certa quantidade para atender a demanda dos alunos e professores.

**Gráfico 7** – Questão n º 7, sobre uso da biblioteca anualmente.



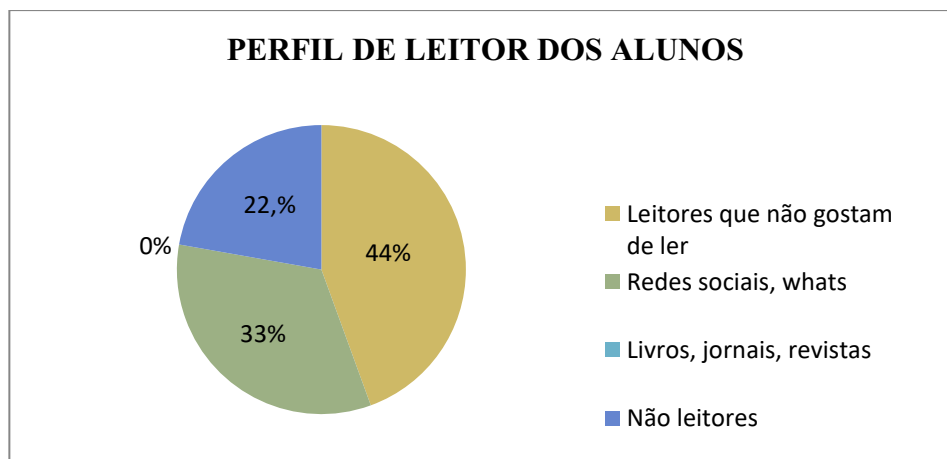
Ao tratar sobre o uso das bibliotecas durante o ano, três professores responderam fazer uso da biblioteca semanalmente, sendo que uma delas, também salientou que a escola não tem uma biblioteca e sim uma sala multiuso. Duas professoras usam a biblioteca quinzenalmente, sendo que uma relatou que o acervo ainda é muito pobre. Já a única que faz uso mensal da biblioteca explicou que seus alunos escolhem e leem um clássico por mês para apresentarem seminário da obra.

**Gráfico 8** – Questão nº 8, sobre os Tipos de suportes textuais que a biblioteca oferece.



Os suportes que as bibliotecas oferecem estão longe de ser o ideal, conforme sugerem as respostas obtidas, pois somente dois professores responderam que existem variados suportes, tais como livros; revistas; jornais; jogos ou software educativo, mesmo assim afirmam que precisa melhorar. Outros três professores reiteram que as bibliotecas escolares podem melhorar seu acervo, além disso, as respostas seguintes foram negativas: duas opções precárias e duas insuficientes.

**Gráfico 9** – Questão nº 9, sobre o perfil de leitor dos alunos.



As considerações sobre o perfil de leitor de seus alunos foram que quatro professores afirmam que seus alunos são leitores, mas não gostam de ler, destacando a importância da família para incentivar o hábito da leitura. Três professores julgam que seus alunos são leitores basicamente de redes sociais, e os outros dois professores delimitaram seus alunos como não leitores. Quanto à leitura de livros, jornais e revistas os professores não se manifestaram.

## **5.2. O BIBLIOTECÁRIO (READAPTADO)**

Para essa pesquisa a elaboração do questionário teve como foco principal os professores de língua portuguesa, por isso, o profissional que atua na biblioteca escolar em geral, um funcionário readaptado, limitou-se a fazer considerações referentes à rotina que envolve seu trabalho por meio de uma entrevista informal, podendo constituir um importante instrumento avaliativo e reflexivo sobre o acesso, acervo e práticas de leitura que ocorrem nesse ambiente.

É necessário ressaltar que das sete escolas selecionadas para esse estudo, somente quatro participaram com relatos sobre o funcionamento da biblioteca escolar, visto que, como já mencionado a EEB Prof<sup>o</sup> Henrique Stodieck não participou da pesquisa, a EEF Severo Honorato da Costa não dispõe de funcionário responsável pela biblioteca e na EEB Porto do Rio Tavares, a funcionária responsável estava de licença.

Em síntese, as principais observações abrangem o pouco acesso a biblioteca, que ocorre geralmente instigado pela imposição do professor para realização de tarefas educativas, quando na verdade a biblioteca escolar pressupõe ser um espaço lúdico e democrático disponível para uso dos alunos em horário escolar.

Em relação aos suportes textuais variados que a biblioteca escolar oferece os responsáveis que atuam na EEF Júlio da Costa Neves afirmam serem boas, exceto jogos ou softwares. Por outro lado, a EEB Lauro Muller encontra dificuldades na aquisição e renovação do acervo, pois há um descompasso na distribuição que o governo federal faz dos livros didáticos e os literários. Enquanto a escola recebe anualmente os livros didáticos, o acervo das obras literárias deixou de ser distribuído pelo governo federal, sendo a última remessa recebida pela escola em 1994. E segundo informação da responsável pela biblioteca:

A partir daí eles começaram a mandar os livros do Projeto Alfabetização na idade certa (indicado para os três primeiros anos da educação infantil), para colocarem os livros à disposição dos professores nas salas de aula, com a intenção de proporcionar um espaço de leitura. Assim, prevalece o processo de distribuição do livro didático de

acordo com o censo escolar – a gente faz o censo escolar e manda para o governo, depois fazemos a escolha do livro didático no período entre julho e agosto em seguida o governo separa e envia para a escola entre outubro/novembro. Mas tem muitos livros que às vezes sobram, vou explicar melhor: do 1º ao 4º ano sobram menos e do 6º ao 9º até faltam, contudo é no ensino médio que mais sobram os livros didáticos. Isso ocorre porque o livro é utilizado pelo aluno por três anos, e todo o ano vem novo livro didático para os mesmos alunos, provocando um imenso acúmulo de livros desnecessários.

A carência de recurso tecnológico é visível em todas as bibliotecas escolares, evidenciado principalmente pela falta do computador, recurso necessário para fazer cadastro dos alunos e dos professores; além da catalogação dos livros e documentos diversos; controle e empréstimo do acervo.

### **5.3. A ENTREVISTA SOBRE O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR – PLC/0013.1/2016 DA DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI**

A leitura no Brasil é um problema gravíssimo, porque prejudica o desenvolvimento do aluno, sendo tema recorrente de diversas discussões na área da educação. A escola é o lugar onde os livros e as bibliotecas proporcionam oportunidades para o incentivo e a motivação à leitura privilegiando assim a promoção intelectual dos alunos que constituem uma comunidade escolar. A escrita e a leitura ampliam o conhecimento do aluno, transformando seu papel como sujeito histórico. A intervenção do professor e do bibliotecário é fundamental como motivadores desse processo, além disso, livros mais recentes com temas que envolvem a realidade atual em que o aluno está inserido são instrumentos que incentivam e despertam o interesse do aluno para práticas de leitura.

Dito isso, é relevante salientar a importância do encaminhamento de projetos como o PLC/0012.0/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que cria o cargo do bibliotecário nas escolas públicas estaduais de Santa Catarina, aos órgãos competentes para dar condições para o bom funcionamento das bibliotecas escolares.

Diante do exposto, a busca por informações, levou-me ao gabinete da deputada, sendo atendida pelo assessor Sr. Antonio Marco Silveira Duarte que na ocasião, respondeu algumas dúvidas. Inicialmente a perguntei:

Por que o projeto de Lei Complementar nº <sup>22</sup>PLC/0012.0/2011, da deputada estadual Luciane Carminatti, que cria o cargo de Bibliotecário Escolar não foi aprovado, tendo parecer

---

<sup>22</sup> Anexo 2

contrário e sendo arquivado em 17/07/2014?

*-A resposta foi que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina rejeitou o projeto, em virtude do vício de inconstitucionalidade por quem propôs a lei, pois teria que ser do executivo e não do parlamentar, uma vez que criaria cargos e despesas. O grande pano de fundo é a questão das despesas. O governo não quer dar suporte para cumprir a legislação federal da universalização das bibliotecas escolares, por isso não cria o cargo de bibliotecário, embora seja uma demanda histórica, no plano de cargos e salários dos professores, alegando motivos secundários, apesar de ser legalmente consistente. É interessante salientar que anteriormente o deputado Pedro Uczai criou um projeto análogo, o <sup>23</sup>PLC 039/2010 aprovado na ALESC, contudo o Governador do estado vetou e a ALESC manteve o veto. Na ocasião, o governo não se sensibilizou nem para a questão do mérito, nem para a questão legal de cumprir a lei federal que envolve as bibliotecas.*

Nessa perspectiva, observa-se que o projeto que cria o cargo de bibliotecário nas escolas públicas estaduais de Santa Catarina, evidencia a preocupação do Poder Legislativo com a formação do aluno leitor. Então, perguntei se existe a possibilidade da retomada dele?

*- Sim, esse segundo projeto, o <sup>24</sup>PLC 013/2016, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, não foi rejeitado, está tramitando na ALESC e também foi enviado para uma consulta junto a Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina para que ela se manifeste sobre essa questão.*

Visto que o projeto sugere o reconhecimento do bibliotecário como profissional capacitado para a gestão e organização da biblioteca escolar e de seu acervo. Em que medida isso pode fomentar uma leitura que possa desenvolver novos métodos de letramento para os estudantes?

*-Um profissional habilitado com conhecimento de programas públicos e privados vai buscar um acervo maior e atualizado, ampliando as possibilidades que estimulam o aluno a práticas de leitura. A gente quer esse profissional na biblioteca escolar, primeiro para cumprir a lei federal que trata da universalização das bibliotecas escolares, segundo para incentivar a procura das bibliotecas, para que os alunos usem as bibliotecas das suas escolas. Sempre que a escola tiver um profissional devidamente capacitado e bem remunerado em cada área tende a colaborar com a melhoria da educação. Não adianta ter um monte de intenções no papel se você não colocar as pessoas certas, no lugar certo junto com um orçamento apropriado para*

---

<sup>23</sup> Anexo 3

<sup>24</sup> Anexo 4

*a educação. A questão do bibliotecário é uma questão histórica no ensino.*

Já a Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010, que trata da questão da universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país, pressupõe a necessidade do bibliotecário. Isso não seria uma justificativa importante para a aprovação do PLC nº /0012.0/2011 (que cria o cargo de bibliotecário)?

*-Sim, inclusive se você ler o projeto um dos parágrafos que a gente coloca na justificativa é exatamente destacando essa legislação. Ainda tem a legislação nº 9.674 que trata da formação específica do profissional da biblioteconomia.*

Em relação a origem do projeto, que deve incentivar e promover a leitura no nosso estado, em qual campo teórico ele foi ancorado?

*-A deputada Luciana Carminatti fez o projeto fundamentado nas atribuições do bibliotecário, porque quando você vai criar um cargo, não pode criar o cargo de forma genérica. Essas atribuições, inclusive foram definidas em conjunto com a Associação Catarinenses de Bibliotecários (ACB) e o Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB) porque nós não temos conhecimento técnico para dizer o que o bibliotecário pode fazer. A preocupação foi oriunda dessas duas entidades que vieram nos procurar.*

*-Para concluir, é importante mencionar que o Estado tem uma resistência em abrir cargos no plano de carreira e salários do magistério que necessitam nas escolas. A maior resistência é a questão financeira. É a segunda vez que fazemos esse projeto com essa lei, sendo que não somos os únicos preocupados com a biblioteca escolar e o bibliotecário capacitado.*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de iniciar este trabalho pensei muito nos problemas que enfrentei, no início da graduação, quando precisava ler ou escrever um gênero textual, qualquer que fosse. Contudo, nada melhor que a prática com o binômio escrita/leitura durante o percurso acadêmico, pois esta dupla via resultou em muitos textos que instigaram muitas produções textuais verbais e não verbais, ampliando minha capacidade cognitiva, intelectual e social. A partir desta reflexão surgiu a escolha do tema de pesquisa, “*A importância da leitura e da biblioteca nas escolas - uma relação dialógica com a efetiva formação do leitor*”. Um problema vivenciado por mim, que evidenciou a necessidade de expor, argumentar e desenvolver por escrito para consolidar a questão das práticas de leitura e escrita nas escolas públicas estaduais de Santa Catarina, o que também implicou pensar na questão do bibliotecário. Por isso, realizei uma pesquisa de campo com os professores de língua portuguesa com foco nas práticas de ensino e aprendizagem com a leitura e escrita, ou seja, nas formas de letramento desenvolvidas no contexto escolar. Com base nos dados, os resultados apontam uma série de problemas, tais como: professores sem fundamentação teórica para planejar seus conteúdos ministrados, concepção de língua(gem) como sistema e não um processo de interação, alunos sem o hábito de leitura, entre outros. Com esses resultados emerge a discussão acerca da necessidade de um profissional da biblioteconomia presente na escola, com o intuito de promover a democratização da biblioteca escolar, atendendo a necessidade de toda comunidade escolar e subsidiando as práticas de leitura e escrita na escola. A pesquisa aponta que o trabalho pedagógico com a leitura e a escrita, está comprometido nas escolas, pois suas bibliotecas estão carentes de recursos materiais e tecnológicos, fazendo com que os alunos só a visitem quando o professor solicita alguma atividade educativa obrigatória para aquisição de nota.

Em relação ao acervo há um paradoxo alarmante, pois sobram muitos livros didáticos diante da falta de aquisição e renovação de livros literários. Então, o que falar da legislação federal que propõe a universalização das bibliotecas? Muitas escolas sequer possuem local adequado para leitura. E diante dessa realidade não há condições de fazer um trabalho que instigue a formação do aluno leitor.

Esse panorama pode mudar a partir do momento em que a figura representativa do bibliotecário for substituída pelo profissional da área da biblioteconomia, porque ele está habilitado para buscar subsídios para manter, atualizar e organizar esse ambiente.

Lembrando que nossa pergunta da pesquisa é: “*Em que medida as bibliotecas escolares em funcionamento podem fomentar uma leitura que possa desenvolver, abrir novos*

*modos de letramentos para os estudantes”?* Encontramos a resposta no PLC da nº /0012.0/2011, da deputada Luciane Carminatti, que como já mencionado propõe a criação do cargo de bibliotecário. A princípio conclui-se que o governo do Estado de Santa Catarina, não tem a intenção de aprovar essa lei porque não quer aumentar as despesas do quadro do magistério, mas o referido projeto de lei ainda não passou pela apreciação da ALESC.



## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1979]. p. 277-327.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006 [1973]. 90-130.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática** - São Paulo, ed. Contexto, 2006.

RAMOS, Eduvirges Joelson. **A importância da biblioteca escolar para incentivar o hábito da leitura** Monografia apresentada ao curso de Especialização em Formação de Leitores das Faculdades Integradas de Jacarepaguá. 2012.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam**. 29. Ed. São Paulo: Cortez, 1994.

KLEIMAN, Angela; BALTAR, Marcos (Orgs.), **Linguagem em (Dis)curso: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – Unisul, Letramento e formação de professores, v.8, n.3, set/dez. 2008**

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e Compreender: os sentidos do texto** - 3 ed., 8ª reimpressão - São Paulo, ed. Contexto, 2013.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina, **A formação da leitura no Brasil**, ed. Ática, São Paulo, 1996.

RAMOS, Eduvirges Joelson. **A importância da biblioteca escolar para incentivar o hábito da leitura** Monografia apresentada ao curso de Especialização em Formação de Leitores das Faculdades Integradas de Jacarepaguá. 2012.

RIBEIRO, Vera Masagão (Org.), **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001**, São Paulo: Global, 2003.

RODRIGUES, Rosângela Hammes; CERUTTI-RIZZATTI, Mary E. **Linguística aplicada: ensino de língua materna**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

BRASIL. MEC. Plano Nacional da Educação. PNL. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)> Acesso em 07/07/2017.

BRASIL. MEC Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/1546/inaf---alfabetismo-no-mundo-do-trabalho>> Acesso em 08/01/2018.

BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília,

DF, 25 maio 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm)>. Acesso em 28/01/2018.

BRASIL. Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL e dá outras providências. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm)>. Acesso em 28/01/2018.

**ANEXOS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LÍNGUA E LITERATURA VERNÁCULAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS – PORTUGUÊS  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC  
PESQUISADORA: GRACIELA MASSIRONI CARÚS  
ORIENTADOR: MARCOS BALTAR

Prezado professor,

As informações contidas neste questionário contribuirão para meu Trabalho de Conclusão do Curso de Letras-Português e as respostas obtidas servirão exclusivamente para fins de pesquisa científica. Por isso agradeço pela sua contribuição.

Escola:

Nome:

Anos de experiência docente:

Formação acadêmica: Graduação \_\_\_\_\_

Instituição \_\_\_\_\_

Ano de conclusão \_\_\_\_\_

Pós graduação \_\_\_\_\_

Instituição \_\_\_\_\_

Ano de conclusão \_\_\_\_\_

Especialização \_\_\_\_\_

Instituição \_\_\_\_\_

Ano de conclusão \_\_\_\_\_

**QUESTIONÁRIO**

1. Fale um pouco sobre alfabetização e letramento, a partir da experiência que você teve no seu curso de graduação.

---

---

---

---

2. Qual a concepção de língua (sistema ou uso) e linguagem (expressão do pensamento; interação ou instrumento de comunicação) que predomina em suas aulas de língua portuguesa?

---

---

---

---

3. Em relação à leitura, que linha teórica, ou em que autor você tem se baseado para planejar suas aulas de leitura?

---

---

---

---

4. Dentro de seu planejamento da rotina de sala de aula, quanto tempo você tem dedicado a formação do leitor? Como você tem feito isso?

---

---

---

---

5. Quanto tempo você tem dedicado ao trabalho específico com:

a. leitura e produção textual\_\_\_\_\_

b. expressão oral e compreensão oral\_\_\_\_\_

6. Em relação ao acervo, disponibilidade de recursos e acesso (tempo) à biblioteca, apropriação ou resultado desse trabalho na formação de leitores é considerada muito boa, boa ou ruim? Justifique.

---

---

---

---

7. Dentro do planejamento anual da escola em que medida você utiliza a biblioteca? (Semanal, quinzenal ou mensal) Explique.

---

---

---

---

8. A biblioteca escolar oferece suportes textuais variados, tais como livros; revistas; jornais; jogos ou software educativo? Como você avalia, levando em conta, a qualidade e quantidade desses suportes?

---

---

---

---

9. Você consegue perceber o perfil de leitor de seus alunos, partindo do pressuposto que na cultura grafocênica se lê em diversos gêneros, nas diversas esferas da atividade humana? Que tipo de leitor é seu aluno? Leitor de whats, redes sociais, livros, jornais, HQ, revistas, outros.

---

---

---

---

10. O que você diria sobre a importância da biblioteca para o Projeto Político Pedagógico (PPP) de sua escola?

---

---

---

**CARTA DE APRESENTAÇÃO DO ORIENTADOR**

Florianópolis, 17 de julho de 2017.

**A COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO**

Senhores,

Em cumprimento ao que dispõe as normas dessa Instituição, no que diz respeito a realização do Trabalho de Conclusão do Curso de Letras-Português da Universidade Federal de Santa Catarina, apresento a estudante Graciela Massironi Carús, matrícula n. 11201843, que desenvolve sua pesquisa científica com o tema "A importância da leitura e da biblioteca nas escolas – Uma relação dialógica com a efetiva formação do leitor".

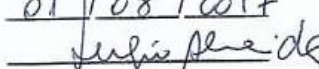
Em vista disso, comprometo-me a orientá-la nas referidas atividades.

Atenciosamente,



Orientador: Professor Dr. Marcos Antonio Rocha Baltar  
E-mail: marcos.baltar@ufsc.br

**Prof. Marcos Antonio Rocha Baltar**  
Chefe do Depto. de Língua e Literatura Vernáculas  
CCE/UFSC  
Portaria nº 1882/2016/GR

RECEBIDO EM  
01/08/2017  
  
Sérgio Luiz de Almeida  
Tec. em Educação/CRGF/SED  
Matr. 212.092-5-04



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
COORDENADORIA REGIONAL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS  
SUPERVISÃO DE POLÍTICAS E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL  
Rua das Camélias, 345 – Kobrasol – São José/SC - CEP 88107-480 Fone: 3665-6610

Ofício nº 227/SPPE/GAB/2017

São José, 02 de agosto de 2017.

Sr(a) Gestor(a),

Cumprimentando-o(a) cordialmente, vimos por meio deste, **AUTORIZAR**, Graciela Massironi Carús, graduanda do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas, do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, orientada pelo Prof Dr Marcos Antonio Rocha Baltar - CCE/UFSC/SC, a desenvolver sua pesquisa de TCC nas seguintes escolas: **EEB Prof. Henrique Stodiek, EEB Ildefonso Linhares, EEF Júlio da Costa Neves, EEB Lauro Muller, EEB Porto do Rio Tavares, EEF Severo Honorato da Costa, EEB João Gonçalves Pinheiro (EEM Vereador Oscar Manoel da Conceição)**, no município de Florianópolis/SC, intitulado "A importância da leitura e da biblioteca nas escolas - uma relação dialógica com a efetiva formação do leitor".

Atenciosamente,

*Elizete Soares Geraldi*  
Elizete Soares Geraldi

**Coordenadora Regional da Grande Florianópolis**

*Selma David Lemos*  
Selma David Lemos

**Supervisora de Políticas e Planejamento Educacional**



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº PLC/0012.0/2011

Altera a Lei Complementar Promulgada nº 1.139, de 28 de outubro de 1992, criando o cargo de Bibliotecário Escolar nas unidades escolares da rede pública estadual.

Art. 1º. O artigo 1º da Lei Complementar Promulgada nº 1.139, de 28 de outubro de 1992, passa a contar com a seguinte redação:

Art. 1º.....

*VI- Bibliotecário Escolar.*

Art. 2º. Lei Complementar Promulgada nº 1.139, de 28 de outubro de 1992, fica acrescida dos Anexos XVIII e XIX, constando o quantitativo, as habilitações, as atribuições e o regime de trabalho do cargo de Bibliotecário Escolar, conforme disposto nos Anexos desta Lei Complementar.

Parágrafo único – Os critérios de distribuição dos cargos de que trata esta Lei Complementar serão definidos em regulamento próprio, por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º. O vencimento do cargo de que trata esta Lei Complementar, é fixado em níveis e referências segundo os valores constantes do Anexo VI da Lei Complementar Promulgada nº 1.139, de 28 de outubro de 1992, com as alterações posteriores.

Art. 4º. Os ocupantes do cargo de Bibliotecário Escolar terão atuação nas unidades escolares da rede pública estadual.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2012.

Florianópolis, 28 de março de 2011.

Deputada Luciane Carminatti





ANEXO I

(Anexo XVIII da Lei Complementar Promulgada, de 28 de outubro de 1992)

Cargo	Nº de cargos.	Nível	Habilitação Profissional
Bibliotecário Escolar	300	7 8 9	Bacharelado em curso de Biblioteconomia em nível superior com registro no respectivo Conselho Regional.
		10 11 12	Bacharelado em curso de Biblioteconomia em nível superior com registro no respectivo Conselho Regional, e curso de pós-graduação na área específica.



## ANEXO II

(Anexo XIX da Lei Complementar Promulgada, de 28 de outubro de 1992)

Denominação do cargo: Bibliotecário Escolar.

Descrição detalhada:

- Praticar as políticas de atuação na rede de bibliotecas escolares definidas pela Secretaria de Estado Regional.
- Apoiar e intensificar consecução dos objetivos educacionais definidos na missão e no currículo da escola – Projeto Político Pedagógico.
- Oferecer oportunidades de vivências destinadas a produção e uso da informação voltada ao conhecimento, a compreensão, imaginação e ao entretenimento.
- Apoiar todos os estudantes na aprendizagem em prática de habilidades para avaliar e usar a informação, em suas variadas formas, suportes, ou meios.
- Organizar atividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade.
- Trabalhar em conjunto com estudantes, professores, administradores e pais para o alcance final da missão e objetivos da escola.
- Atuar em redes de bibliotecas e informação, tanto em nível local, como em nível regional, ou nacional.
- Executar a política de seleção e de aquisição de acervo.
- Formular política própria para os serviços de biblioteca, definindo objetivos, prioridades e serviços de acordo com o currículo da escola.
- Aplicar padrões profissionais na organização e manutenção de biblioteca escolar.
- Prover acesso a serviços e a informação a todos os membros da comunidade escolar, e funcionar dentro do contexto da comunidade local.
- Incentivar a cooperação entre professores, gestores na área escolar, administradores, pais, outros bibliotecários, profissionais da informação e grupos interessados das comunidades.
- Auxiliar professores e alunos na prática da pesquisa escolar e técnica bibliográfica.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 0039/2010

Altera a Lei Complementar Promulgada nº 1.139, de 28 de outubro de 1992, criando o cargo de Bibliotecário Escolar nas unidades escolares da rede pública estadual.

Art. 1º. O artigo 1º da Lei Complementar Promulgada nº 1.139, de 28 de outubro de 1992, passa a contar com a seguinte redação:

*Art. 1º.....*

*VI- Bibliotecário Escolar.*

Art. 2º. Lei Complementar Promulgada nº 1.139, de 28 de outubro de 1992, fica acrescida dos Anexos XVIII e XIX, constando o quantitativo, as habilitações, as atribuições e o regime de trabalho do cargo de Bibliotecário Escolar, conforme disposto nos Anexos desta Lei Complementar.

Parágrafo único – Os critérios de distribuição dos cargos de que trata esta Lei Complementar serão definidos em regulamento próprio, por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º. O vencimento do cargo de que trata esta Lei Complementar, é fixado em níveis e referências segundo os valores constantes do Anexo VI da Lei Complementar Promulgada nº 1.139, de 28 de outubro de 1992, com as alterações posteriores.

Art. 4º. Os ocupantes do cargo de Bibliotecário Escolar terão atuação nas unidades escolares da rede pública estadual.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2011.

Florianópolis, de julho de 2010.

Deputado Pedro Uczai  
Bancada do Partido dos Trabalhadores



**ANEXO I**  
**(Anexo XVIII da Lei Complementar Promulgada, de 28 de outubro de 1992)**

Cargo	Nº de cargos.	Nível	Habilitação Profissional
Bibliotecário Escolar	300	7 8 9	Bacharelado em curso de Biblioteconomia em nível superior com registro no respectivo Conselho Regional.
		10 11 12	Bacharelado em curso de Biblioteconomia em nível superior com registro no respectivo Conselho Regional, e curso de pós-graduação na área específica.

#### JUSTIFICATIVA

Atualmente, há falta de profissionais para exercer a função de Bibliotecário nas escolas da rede pública estadual.

Esse fato faz com que professores sejam desviados de função no seu local de trabalho.

A presença de profissionais com formação específica está prevista na Lei Federal nº 9.674/1998.

A presença desses profissionais nas unidades escolares, colaborará para a melhoria da qualidade da educação na rede estadual.

Isso foi objeto de luta e mobilização das entidades representativas de classe e do conjunto da comunidade escolar de várias unidades da rede pública estadual, nos anos de 2005 e 2006.

Na época, por solicitação do então Deputado Paulo Eccel, foi aberto espaço para que o Conselho Regional de Biblioteconomia e a Associação Catarinense de Bibliotecários pudessem ocupar a tribuna da ALESC. Cabe lembrar que junto a isso, foram apresentadas milhares de assinaturas em defesa dessa reivindicação.

Pelos motivos aqui expostos, solicitamos a aprovação deste Projeto de Lei Complementar.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DA DEPUTADA  
LUCIANE CARMINATTI



**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR** PLC/0013.1/2016

Lido no Expediente

84ª Sessão de 09/08/16

As Comissões de:

(5) Justiça

(11) Finanças

(10) Educação

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Altera a Lei Complementar nº 668, criando o cargo de Bibliotecário Escolar nas unidades escolares da rede pública estadual.**

Art. 1º. O artigo 2º da Lei Complementar nº 668, de 28 de dezembro de 2015, passa a contar com a seguinte redação:

Art. 2º.....

V- *Bibliotecário Escolar.*

Art. 2º. Lei Complementar Promulgada nº 668, de 28 de dezembro de 2015, fica acrescida dos Anexos XX e XXI, constando o quantitativo, as habilitações, as atribuições e o regime de trabalho do cargo de Bibliotecário Escolar, conforme disposto nos Anexos desta Lei Complementar.

Parágrafo único – Os critérios de distribuição dos cargos de que trata esta Lei Complementar serão definidos em regulamento próprio, por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º. O vencimento do cargo de que trata esta Lei Complementar, é fixado em níveis e referências segundo os valores constantes do Anexo XII da Lei Complementar nº 668, de 28 de dezembro de 2015, com as posteriores alterações.

Art. 4º. Os ocupantes do cargo de Bibliotecário Escolar terão atuação nas unidades escolares da rede pública estadual.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Sala das sessões, de agosto de 2016.

  
Deputada Luciane Carminatti

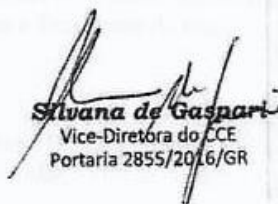


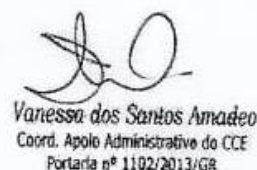
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO**  
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE  
 CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC  
 TELEFONE: (48) 3721-9351 – FAX: (48) 3721-9988  
 E-MAIL: cce@contato.ufsc.br

**ATA DA SOLENIDADE DE COLAÇÃO DE GRAU EM GABINETE DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS-PORTUGUÊS – 2018.1**

Ata da Solenidade de Colação de Grau em gabinete do Curso de Graduação em Letras-Português, realizada no dia 25 de setembro de 2018, às 13 horas e 30 minutos, na sala da Direção do CCE.

1 Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às treze horas e trinta  
 2 minutos, na sala da Direção do CCE, ocorreu a Solenidade de Colação de Grau em Gabinete  
 3 do Curso de Graduação em Letras-Português, referente ao semestre 2018.1. A professora  
 4 Silvana de Gaspari, Vice-Diretora do Centro de Comunicação e Expressão, por delegação do  
 5 Magnífico Reitor da UFSC, Professor Ubaldo Cesar Balthazar, outorgou o grau de Bacharel  
 6 em Letras à formanda **Graciela Massironi Carús**. Em seguida, a professora Silvana de  
 7 Gaspari deu por encerrada a sessão solene de colação de grau, da qual, para constar, eu,  
 8 Vanessa dos Santos Amadeo, Secretária Executiva, lavrei a presente ata que será assinada por  
 9 mim e pela Professora Silvana. Florianópolis, 25 de setembro de 2018.

  
**Silvana de Gaspari**  
 Vice-Diretora do CCE  
 Portaria 2855/2016/GR

  
**Vanessa dos Santos Amadeo**  
 Coord. Apoio Administrativo do CCE  
 Portaria nº 1182/2013/GR



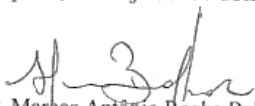
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
DEPARTAMENTO DE LÍNGUA E LITERATURA VERNÁCULAS



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

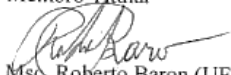
Ata de Defesa de TCC da aluna Graciela Massironi Carús, realizada no dia 04 de julho de 2018, às 09h00min, na sala 215, localizada no bloco B do Centro de Comunicação e Expressão.

1 Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, na sala duzentos e  
2 quinze do bloco B do Centro de Comunicação e Expressão, da Universidade Federal de Santa  
3 Catarina, reunida a Comissão Examinadora, designada pela Portaria número 037/DLLV/2018, de  
4 vinte e seis de junho de dois mil e dezoito, constituída pelos professores Marcos Antônio Rocha  
5 Baltar (orientador e presidente da banca), Charlene Bezerra (membro titular), Marina Casaril  
6 (membro titular) e Roberto Baron (membro suplente), realizou-se, em sessão pública, a defesa do  
7 Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Graciela Massironi Carús, intitulado: “A  
8 importância da leitura e da biblioteca nas escolas – uma relação dialógica com a efetiva  
9 formação do leitor.” Após a acadêmica apresentar seu trabalho, procedeu-se à arguição e à  
10 avaliação, feitas nos termos do regulamento do TCC. A Comissão Examinadora conferiu ao TCC a  
11 nota 8,0 (oito). A acadêmica deverá apresentar à Chefia do  
12 Departamento de Língua e Literatura Vernáculas, cumpridas as formalidades, a versão final do  
13 TCC, em mídia digital, no prazo máximo de trinta dias, e submetê-la ao Repositório Institucional da  
14 Universidade, conforme o que está disposto nas Portarias nº 239 da Pró-reitora de Graduação e nº  
15 1853 do Gabinete da Reitoria, bem como no Manual do Repositório Institucional da Biblioteca  
16 Universitária. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada, dela sendo lavrada a presente ata,  
17 que é assinada pelo orientador, pelos membros da banca examinadora e pela acadêmica.  
18 Florianópolis, 04 de julho de dois mil e dezoito.

  
Prof. Dr. Marcos Antônio Rocha Baltar (DLLV/UFSC)  
Orientador e Presidente da Banca

Dr<sup>a</sup>. Charlene Bezerra (UFSC)  
Membro Titular

  
Msc. Marina Casaril (UFSC)  
Membro Titular

  
Msc. Roberto Baron (UFSC)  
Membro Suplente

  
Graciela Massironi Carús  
Acadêmica

Campus Universitário – Trindade - Florianópolis  
Fone: 3721-9293 FAX: 3721-9817





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
DEPARTAMENTO DE LÍNGUA E LITERATURA VERNÁCULAS



## **DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO LETRAS-PORTUGUÊS**

### **TÍTULO**

**“A importância da leitura e da biblioteca nas  
escolas – uma relação dialógica com a efetiva  
formação do leitor.”**

### **ACADÊMICA:**

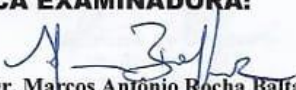
**Graciela Massironi Carús**

**DATA: 04 de julho de 2018 (quarta-feira)**

**HORA: 09h00m**

**LOCAL: Sala 215 – Bloco B - CCE**

#### **BANCA EXAMINADORA:**

  
Prof. Dr. Marcos Antônio Rocha Baitar (DLLV/UFSC)  
Orientador e Presidente da Banca

Dr<sup>a</sup>. Charlene Bezerra (UFSC)  
Membro Titular

Msc. Marina Casaril (UFSC)  
Membro Titular

  
Msc. Roberto Baron (UFSC)  
Membro Suplente

Campus Universitário – Trindade - Florianópolis  
Fone: 3721-9293 FAX: 3721-9817